

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

**Opção SNC *versus* NIC: Empresas – Mãe das
Entidades Cotadas no Mercado de Ações de Lisboa**

Mestrado em Contabilidade

MIGUEL GUERREIRO LUZIA

Faro

dezembro 2013

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

**Opção SNC *versus* NIC: Empresas – Mãe das
Entidades Cotadas no Mercado de Ações de Lisboa**

Mestrado em Contabilidade

MIGUEL GUERREIRO LUZIA

Dissertação orientada por:

Professor Doutor Joaquim Sant’ana Fernandes - Escola Superior de Gestão,
Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve

Professora Mestre Cristina Gonçalves – Escola Superior de Gestão, Hotelaria
e Turismo da Universidade do Algarve

Faro

dezembro 2013

Declaração de autoria de Trabalho

Opção SNC *versus* NIC: Empresas – Mãe das Entidades Cotadas no Mercado de Ações de Lisboa

Declaro ser autor deste trabalho, que é original e inédito. Os autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam na listagem de referências incluída.

Copyright em nome de Miguel Guerreiro Luzia.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Dedicatória

Dedico este trabalho, aos meus pais, pelo apoio que me prestaram durante dezassete anos de formação académica, sem o capricho deles, muito provavelmente não teria condições para elaborar esta dissertação. À minha namorada, pelo incentivo dia após dia, por exigir nesta dissertação o melhor que tenho para dar enquanto mestrando. À família, porque sem ela, não teria a estabilidade necessária para elaborar esta dissertação. Sem esquecer os amigos, todos os professores que me ensinaram e a todos aqueles, que querem o meu sucesso, um bem-haja por me tornarem na pessoa que sou.

“Este trabalho é um pouco de vós”

Índice

Índice de Figuras	viii
Índice de Tabelas	ix
Lista de Siglas.....	x
Agradecimentos	xi
Resumo	xii
Abstract.....	xiii
1. Introdução	1
2. Enquadramento Teórico	5
2.1. Teorias da Informação	5
2.2. Enquadramento Normativo.....	10
2.2.1. Harmonização contabilística internacional	10
2.2.2. Harmonização contabilística na UE	13
2.2.3. A harmonização contabilística em Portugal.....	17
2.2.4. Aspetos diferenciadores relevantes	20
2.3. Estudos Empíricos	31
3. Objetivo e Hipóteses do Estudo	39
3.1. Objetivos Gerais	39
3.2. Hipótese de Investigação	40
4. Metodologia.....	41
4.1. Universo e Amostra	41
4.2. Recolha e Tratamento de Dados	43
4.3. Variáveis (Dependente e Independentes).....	44
4.3.1. Variável dependente.....	45

4.3.2. Variáveis independentes.....	45
4.3.2.1. Fatores internos.....	45
4.3.2.2. Fatores ambientais	46
4.3.2.3. Fatores relativos à administração/CEO.....	47
4.4. Especificação do Modelo	48
5. Resultados.....	51
5.1. Caracterização da Amostra	51
5.1.1. Características qualitativas.....	52
5.1.1.1. PSI-20	52
5.1.1.2. Cotadas em diversos mercados	53
5.1.1.3. Setor	53
5.1.1.4. Auditoria	55
5.1.2. Características quantitativas.....	56
5.1.2.1. Mercado externo	56
5.1.2.2. Valor contabilístico (bvalue)	57
5.1.2.3. Payratio	58
5.1.2.4. Remuneração fixa da administração	58
5.2.2. Análise do modelo com dados em painel.....	59
6. Conclusão	64
Bibliografia.....	68
Apêndice 1	77
Apêndice 2.....	78
Apêndice 3.....	80
Apêndice 4.....	81
Apêndice 5.....	82
Apêndice 6.....	83

Apêndice 7.....	84
Apêndice 8.....	85
Apêndice 9.....	86
Apêndice 10.....	87
Apêndice 11	88

Índice de Figuras

Figura n.º 4.1 – Teste Hausman.....	50
Figura n.º 5.1 – Adoção do normativo internacional <i>versus</i> normativo nacional.....	51
Figura n.º 5.2 – Adoção do normativo IASB/UE	52
Figura n.º 5.3 – Entidades por setor (%).....	54
Figura n.º 5.4 - A tendência normativa por setor.....	54
Figura n.º 5.5 – Certificação legal de contas pelas <i>Big Four</i>	55
Figura n.º 5.6 - Relação <i>payratio</i> com opção normativa	58
Figura n.º 5.7 – Remuneração fixa auferida e o tipo de normativo adotado	59
Figura n.º 5.8 – Resultado do modelo <i>logit</i> com dados em painel	60

Índice de Tabelas

Tabela n.º 2.1- Diretivas comunitárias	14
Tabela n.º 2.2 – Opção nacional permitida pelo Regulamento (CE) N.º 1606/2002	18
Tabela n.º 2.3 – Enquadramento contabilístico nacional.....	20
Tabela n.º 2.4 – NIC <i>versus</i> NCRF	21
Tabela n.º 2.5 – Diferenças entre NIC e NCRF.....	23
Tabela n.º 2.6 – Alterações pós-SNC	25
Tabela n.º 2.7 – Demonstrações Financeiras – IASB/UE <i>versus</i> SNC	29
Tabela n.º 4.1 – Entidades incluídas na amostra	42
Tabela n.º 5.1 – Opção contabilística das entidades com títulos cotados em diversos mercados.....	53
Tabela n.º 5.2 – Estatísticas descritivas	56
Tabela n.º 5.3 – Entidades exportadoras e o normativo adotado.....	57
Tabela n.º 5.4 – Valor contabilístico e o normativo adotado	57

Lista de Siglas

CE – Comissão Europeia

CEE - Comunidade Económica Europeia

CEO – Chief Executive Officer

CMVM - Comissão de Mercados de Valores Mobiliários

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

DL – Decreto-Lei

IAS – International Accounting Standards

IASB – International Accounting Standards Board

IASC – International Accounting Standards Committee

ICB - Industry Classification Benchmark

IFRIC - International Financial Reporting Interpretations Committee

IFRS – International Financial Reporting Standards

IOSCO - International Organization of Securities Commissions

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NIC – Norma Internacional de Contabilidade

NIIF – Normas Internacionais de Informação Financeira

PCSB - Plano de Contas para o Sistema Bancário

POC – Plano Oficial de Contabilidade

PSI – Portuguese Stock Index

SAD – Sociedade Anónima Desportiva

SEC - Securities and Exchange Commission

SIC – Standing Interpretation Committee

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

UE – União Europeia

Agradecimentos

Jamais conseguirei demonstrar a gratidão que tenho à Professora Cristina Gonçalves e ao Professor Doutor Joaquim Santana Fernandes. Se me esforcei, se passei noites até de madrugada a tornar esta dissertação naquilo que ambicionava nos sonhos, foi pela força destes dois professores-orientadores. A sua exigência foi vital, o seu interesse despertou em mim uma felicidade imensa. Obrigado pela grande contribuição que prestaram e pela ajuda nesta etapa da minha vida.

“Eternamente grato”

Resumo

A União Europeia (UE) adotou as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) obrigando as entidades com valores cotados em bolsa da UE à sua utilização para as demonstrações financeiras consolidadas. A permissão deste referencial às contas individuais destas entidades, assim como a outras entidades, dependia da decisão de cada Estado-Membro. Neste contexto, foi opção nacional que as empresas incluídas nos perímetros de consolidação de entidades que utilizam as NIC, por opção ou obrigação, também pudessem optar por esse normativo para as suas contas individuais.

Tendo por base uma amostra de 40 entidades com valores cotados na *Euronext Lisbon*, no período 2005 e 2012, pretendeu-se identificar os fatores que explicam essa opção pelas entidades-mãe. As variáveis explicativas foram agrupadas em 3 fatores: ambiental, em que se incluem variáveis estruturais das entidades, como o setor de atividade, a inclusão ou não no índice bolsista Portuguese Stock Index – 20 (PSI-20), interno, que inclui variáveis caracterizadoras das entidades, tais como a sua dimensão, política de dividendos, sociedade de auditoria e o grau de internacionalização, e variáveis relativas à administração e *Chief Executive Officer* (CEO), tais como a sua remuneração, formação, experiência, etc.

Foi utilizado o modelo *logit*, para dados em painel, para estimar a relação entre a variável dependente (opção NIC) e as variáveis potencialmente explicativas, constatando-se relações estatisticamente significativas entre a opção por enquadramento contabilístico e variáveis como o setor, cotada em diversos mercados, PSI-20, auditoria, *payratio*, *bvalue*, remuneração fixa da administração.

A originalidade deste estudo reside no facto de complementar a reduzida investigação efetuada nessa área, alargando a amostra e introduzindo novas perspetivas de análise.

Palavras – chave: Contas individuais, opção NIC e *Euronext Lisbon*.

Abstract

The European Union (EU) adopted International Accounting Standards (IAS) requiring entities with securities listed on EU stock exchange to its use for the consolidated financial statements. Allowing this reference to the individual accounts of these entities, as well as other entities, depended on the decision of each Member State . In this context, national option that the companies included in the perimeter of consolidation of entities that use the NIC, by choice or obligation could also opt for this normative for their individual accounts.

Based on a sample of 40 entities with securities listed on Euronext Lisbon, between 2005 and 2012, it seeks to identify the factors that explain this option by parent entities. The explanatory variables were grouped into three factors: environmental, in which the inclusion or not in the Portuguese stock market index Stock Index include structural variables of entities such as the sector of activity - 20 (PSI-20), internal, which includes variables characterizing entities, such as its size, dividend policy, the audit firm and the degree of internationalization, and variables related to the administration and Chief Executive Officer (CEO), such as their remuneration, training, experience, etc.

The logit model was used to panel data to estimate the relationship between the dependent variable (NIC option) and potentially explanatory variables, finding a statistically significant relationship between the choice of accounting framework and variables such as industry, listed in several markets , PSI-20, audit, payratio, bvalue, fixed remuneration of directors.

The originality of this study is that supplement the limited research conducted in this area, extending the sample and introducing new prospects for analysis.

Key - words: Individual accounts, IAS option and Euronext Lisbon.

1. Introdução

Esta dissertação insere-se no âmbito do Mestrado em Contabilidade, da Faculdade de Economia, da Universidade do Algarve, cuja parte escolar decorreu no ano letivo de 2012/2013.

Neste âmbito propôs-se como tema de dissertação a “Opção SNC *versus* NIC: Empresas – Mãe das entidades Cotadas no Mercado de Ações de Lisboa.”.

Com esta temática pretende-se determinar quais as entidades com valores cotados na *Euronext Lisbon* que prepararam e apresentaram as suas contas individuais de acordo com o referencial *International Accounting Standards Board*/União Europeia (IASB/UE) e perceber que fatores contribuíram para que estas optassem pelo referencial contabilístico nacional, ou seja Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em detrimento do referencial IASB/UE, atendendo a que a legislação obriga a que as contas consolidadas, destas entidades, sejam preparadas e apresentadas de acordo com o referencial IASB/UE.

A motivação que conduziu à escolha deste tema deve-se, por um lado, ao exposto nas teorias contabilísticas no que concerne à divulgação da informação, nomeadamente as apresentadas por Akerlof (1970), Spence (1973), Jensen e Meckling (1976), Friedman (1977), Meyer e Rowan (1977), Watts e Zimmerman (1978), Suchman (1995), que dão ênfase à racionalidade económica das escolhas de gestão e por outro, às conclusões de estudos desenvolvidos sobre o impacto da transição para o referencial IASB/UE, em diferentes mercados bolsistas comunitários. Segundo estes estudos o impacto difere de país para país (Perramon e Amat (2006), Hung e Subramanyam (2007), Horton e Serafein, (2008) e Araújo (2010)).

A legislação (Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002) obriga que as entidades com valores cotados em bolsa na UE preparem e apresentem as suas contas consolidadas de acordo com o referencial contabilístico IASB/UE e dá aos estados membros a possibilidade de obrigar ou facultar que estas entidades possam optar por este referencial no que concerne às suas contas individuais.

A opção entre o normativo nacional e internacional para as contas individuais das entidades emitentes (que apresentam contas consolidadas) foi acolhida pela legislação nacional, inicialmente pelo Decreto-Lei (DL) n.º 35/2005 de 17 de fevereiro que, no entanto, mantinha a obrigação das contas individuais serem também apresentadas, para efeitos fiscais, com base no Plano Oficial de Contas (POC). Exigia-se assim para as entidades que optassem pelo normativo IASB/UE uma dupla contabilidade.

Ainda em 2005 a Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários (CMVM), através do Regulamento n.º 11/2005 de 3 de novembro torna extensível a obrigação da utilização das normas internacionais a todos os emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado, incluindo desta forma aqueles que não apresentam contas consolidadas.

O DL n.º 158/2009 de 13 de julho que aprovou o SNC manteve a opção nos termos do decreto anteriormente referido, retirando contudo a obrigação da “dupla” contabilidade, eliminando desta forma os custos associados a esta.

A referida opção contabilística é extensível também a entidades que não possuam valores cotados em bolsa mas que apresentam contas consolidadas, não estando estas incluídas no nosso objeto de estudo.

O objetivo que se pretende atingir é determinar os fatores explicativos da opção pelo referencial IASB/UE das entidades portuguesas com valores admitidos à negociação na bolsa de valores portuguesa.

Neste sentido procurou-se explorar em que medida essa opção pode ser entendida à luz de um conjunto de variáveis agrupadas em três fatores:

- Ambiental, em que se incluem variáveis estruturais das entidades, tais como o setor de atividade, a inclusão ou não no índice bolsista PSI-20;
- Interno, que inclui variáveis caraterizadoras das entidades, tais como a sua dimensão, política de dividendos, sociedade de auditoria e o grau de internacionalização;
- Variáveis relativas à administração, tais como a sua remuneração, formação, experiência.

A seleção dos fatores e respetivas variáveis, teve como suporte o enquadramento teórico, designadamente estudos realizados por outros autores, assim como a introdução de variáveis exploratórias.

Para se atingir este objetivo retirou-se dos relatórios e contas a informação pretendida, relativa ao período de 2005 a 2012, constantes no sítio da CMVM.

A metodologia utilizada não recorreu a inquérito ou a entrevista dirigidas às entidades que são objeto de estudo tal constitui uma limitação, na medida em que poderão existir motivações intrínsecas às entidades, como por exemplo o explicado pela teoria como o efeito mimetismo, que não são facilmente percecionados nos relatórios e contas das entidades. Constituiu também uma limitação o facto de o estudo centrar-se apenas em empresas com valores cotados na *Euronext Lisbon*.

Este trabalho está estruturado em seis capítulos. No primeiro, a introdução enuncia-se as motivações, objetivos, problemática e limitações desta investigação.

O segundo capítulo apresenta algumas das teorias, assim como estudos, que procuram explicar o porquê, como e quanto as empresas divulgam e que podem potencialmente explicar as razões das empresas divulgarem mais ou menos, atendendo a que o referencial contabilístico IASB/UE tem um maior nível de exigência de divulgação comparativamente ao SNC.

É efetuada uma resenha histórica da harmonização contabilística a nível internacional, comunitário, nacional e é evidenciado as diferenças mais significativas existentes entre o referencial contabilístico IASB/UE e o SNC no que concerne aos requisitos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.

Consta igualmente uma síntese de alguns estudos desenvolvidos sobre os processos de harmonização assim como estudos que incidem sobre a razão que conduziu, nos termos permitidos pela legislação, à adoção das NIC¹. Apresenta-se alguns estudos que evidenciam o impacto na posição financeira das entidades, por força da aplicação das NIC.

No terceiro capítulo apresentam-se os objetivos a atingir e formula-se a hipótese de investigação.

¹ A designação NIC comporta as normas NIC e Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIIF).

O capítulo da metodologia, quarto capítulo, indica o universo e caracteriza a amostra, fundamentando as razões para a sua definição. Neste capítulo apresenta-se as variáveis (dependente e independentes) e fundamenta-se as razões da sua inclusão.

Explicita-se o modelo de regressão adotado (modelo de regressão *logit*) que, segundo Agresti (2007), tem como intuito produzir, a partir de um conjunto de observações, um modelo que permita a predição de valores tomados por uma variável dependente, a partir de uma série de variáveis explicativas contínuas e/ou binárias.

No capítulo de resultados, apresenta-se os resultados obtidos com recurso aos testes estatísticos utilizados (estatística descritiva, univariada e multivariada). É efetuada uma descrição estatística das variáveis independentes, com o intuito de analisar o seu comportamento estatístico, dada a amostra. Com base nestas estatísticas descritivas, é efetuado pormenorizadamente a tendência normativa que cada fator tem, comparativamente aos resultados esperados, assim espera-se perceber se as estatísticas individualmente tendem a explicar a variável dependente da mesma forma que explica enquanto modelo. No final do capítulo é apresentado os resultados e é feita uma análise ao modelo delineado em consonância com os estudos descritos em capítulos anteriores.

No último capítulo da dissertação, apresenta-se as principais conclusões, atendendo aos resultados obtidos e indicados no capítulo anterior. Indica-se as limitações do estudo e as linhas de investigação futura no que concerne à temática em análise.

2. Enquadramento Teórico

“Toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria. Só os espíritos superficiais desligam a teoria da prática, não olhando a que a teoria não é senão uma teoria da prática, e a prática não é senão a prática de uma teoria.” (Pessoa, 1926: 193).

2.1. Teorias da Informação

A contabilidade é definida, nomeadamente por Sá (2002) e Borges *et al.* (2010), como um sistema de informação. Apesar da informação necessária para a tomada de decisão não se esgotar na informação fornecida pela contabilidade é, segundo Borges *et al.* (2010), indispensável para esse fim.

Borges *et al.* (2010) indicam que a contabilidade é considerada um *interface* entre a fonte de informação, a organização e os utilizadores dessa mesma informação.

O facto de a contabilidade ser considerada um *interface* entende-se à luz de um conjunto de teorias² que deram o seu contributo ao tentar explicar o como e o porquê das empresas divulgarem um conjunto de informação.

As teorias que procuram explicar as razões que levam as empresas a divulgar um conjunto de informações são múltiplas e heterogéneas e naturalmente formuladas em função de um determinado espaço temporal, geográfico, cultural, etc.. Dado o objetivo que subjaz à presente dissertação – perceber que fatores influenciam a opção contabilística das entidades pelas NIC, pretende-se neste capítulo expor as teorias que se entendeu como sendo potencialmente explicativas da referida opção.

Segundo Akerlof (1970), a *Teoria da Informação Assimétrica* defende que em mercados imperfeitos, numa dada transação, uma das partes envolvidas dispõe de informação privilegiada (quer quantitativa, quer qualitativa) que a outra parte não tem, o que leva à

² Atendendo a que a teoria é um sistema lógico composto por observações, axiomas e postulados, cuja função consiste em afirmar sob que condições se desenvolverão determinadas hipóteses/especulações (Popper, 1996).

criação de uma desvantagem óbvia para um dos lados. Por norma, a parte vendedora tem informação privilegiada, uma vez que têm conhecimento total do produto que vende. No entanto o comprador também pode possuir mais informação que o vendedor, uma vez que pode analisar diferentes produtos no mercado e compará-los.

Neste sentido, Spence (1973) constatou que a informação não está distribuída uniformemente no mercado de capitais, onde os administradores têm acesso a uma informação de maior qualidade face aos investidores. A assimetria da informação poderia ser corrigida através de sinais enviados pela parte melhor informada para informar a parte menos informada. Na ótica do investigador, a sinalização é um meio indireto de resolver um problema de informação assimétrica. Spence (1973) denominou o seu estudo por *Teoria da Sinalização*.

As teorias supra mencionadas complementam-se. Arkerlof (1970) deteta um problema e Spence (1973) fornece uma solução. Estas duas teorias espelham um problema atual, onde a quantidade e qualidade da divulgação de informação voluntária pode ser um sinal do estado financeiro e da estratégia de uma empresa. Fernandes (2008: 73) corrobora esta perspetiva,

“... as empresas com melhor desempenho (alta qualidade) utilizarão a internet para divulgar informação sobre a empresa, designadamente informação sobre o seu desempenho, enquanto empresas com baixo desempenho (baixa qualidade) tenderão a restringir o acesso desse tipo de informação aos seus acionistas”.

Jensen e Meckling apresentaram em 1976 a *Teoria de Agência*, onde enunciam que a grande maioria dos problemas das empresas (agências) decorre de conflitos de interesses existentes em atividades de inter-relacionamento entre os acionistas, gestores e credores, uma vez que todos tentam defender os seus interesses pessoais. Os problemas de agência têm origem na separação da propriedade e da gestão das organizações. O acionista, com o intuito de maximizar os seus lucros, atribui ao gestor a capacidade de liderança do projeto, delineando os resultados esperados e os riscos admissíveis.

Eisenhardt (1988) defende que apesar da *Teoria de Agência* explicar quais os mecanismos eficientes para garantir que o comportamento dos gestores estejam em conformidade com os interesses dos acionistas, a determinação de um contrato ideal, entre dois utilizadores de informação financeira, vai incidir num dilema: comportamento *versus* resultado. Nesse dilema é esperado um conflito de objetivos e mensuração de resultados entre gestor e

acionista. O gestor seria mais avesso ao risco, pois teria dificuldade em diversificar o seu emprego, enquanto o acionista seria capaz de diversificar os seus investimentos, embora corra riscos momentâneos.

Friedman (1977) ao formular a *Teoria dos Shareholders* defende que a “*responsabilidade social de uma empresa é gerar lucros*” (Friedman, 1977: 69). Para Friedman (1977) a empresa não se deve reger pela hierarquia de prioridades da sociedade. Esta teoria refere que o acionista deve decidir por si só como deseja aplicar os seus recursos. Assim, o objetivo dos gestores de uma empresa é agir em conformidade com os interesses dos acionistas, na tentativa de maximizar os lucros destes.

Quer a *Teoria de Agência*, quer a *Teoria dos Shareholders* são importantes para demonstrar que os interesses dos gestores podem ser diferentes da estratégia dos acionistas, o que pode levar a uma divulgação de informação contabilística casuística. Assim uma das estratégias possíveis, no sentido de colmatar esta diferença de interesses, é incentivar os gestores com “estímulos” como por exemplo, a oferta de ações da empresa.

A *Teoria dos Stakeholders*³ salienta que a organização pertence a uma economia aberta, onde há múltiplas relações de influências, logo verifica-se um condicionalismo permanente, seja para fornecer *outputs* seja para angariar *inputs*.

Argenti (1997) refere que esta teoria procura demonstrar a influência de grupos (*stakeholders*) sobre o poder de decisão na organização, bem como na gestão desta. No entanto Campbell (1997) afirma que é muito difícil reconhecer quem são os *stakeholders* de uma determinada organização, uma vez que se torna necessário definir os objetivos da organização e a sua atuação no mercado, para averiguar as forças que interagem com a organização, quer direta, quer indiretamente.

Dumontier e Raffounier (1998) defendem que o grau de internalização influencia a diversidade dos *stakeholders* de uma empresa. As empresas com maior grau de internacionalização têm maior visibilidade a nível internacional, logo o seu nível de divulgação deve ser mais elevado de modo a diminuir o risco de interpretações incorretas por parte desses *stakeholders*.

³ Freeman (2001: 4) formaliza nos seguintes termos o que se deve entender por *Stakeholders*: “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa”.

Freeman (2001) elucida que as atividades das empresas são sancionadas pelos seus *stakeholders* e que estes devem ser conhecidos com o intuito de ser implementada uma estratégia compatível. Assim, defende que as relações de interdependência entre os diversos ambientes empresariais e agentes, onde as relações existentes são marcadas por influências recíprocas resultam em um maior ou menor poder da organização face às várias situações existentes.

É assim possível assumir que as grandes empresas são bastante cautelosas nas suas tomadas de decisões, na qual ponderam o impacto que estas terão perante os seus *stakeholders*. Uma incorreta divulgação de informação pode destruir o valor numa empresa, levar a uma reação negativa por parte dos *stakeholders*.

Meyer e Rowan (1977), com a *Teoria Institucional*, evidenciam que as organizações são levadas a incorporar as práticas e procedimentos que predominam no ambiente organizacional e que estejam institucionalizados na sociedade. Assim, as estruturas formais de muitas organizações refletem as condicionantes do seu ambiente institucionalizado em vez das reais necessidades das atividades de trabalho.

Na base desta teoria, Oliver (1991) desenvolveu um modelo que indica que a conformidade ou resistência das empresas face às pressões institucionais é uma escolha de estratégia afetada por interesses organizacionais. Neste sentido, Oliver (1991) incorpora no modelo a generalidade das condições institucionais e interesses organizacionais que influenciam a escolha de uma determinada resposta.

Os fundamentos da *Teoria Institucional*, segundo Guerreiro *et al.* (2012), explicam as razões da adoção voluntária das *International Financial Reporting Standards* (IFRS)⁴, e, como exposto, objeto de investigação deste trabalho.

Segundo Suchman (1995), a *Teoria da Legitimidade* propõe-se explicar os comportamentos das empresas no seu meio ambiente e o que lhes permite, através da sua aceitação social, continuar a sua atividade. Este processo justifica assim políticas de comunicação com conteúdos de natureza social, ética e ambiental.

Segundo o estudo de Watts e Zimmerman (1978), a influência da dimensão nas práticas de divulgação das empresas está relacionada com diversos argumentos. As empresas com

⁴ Em Português são designadas Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF).

maior dimensão têm custos de capital mais elevados, pelo que tendem a divulgar mais informação financeira para aumentar a confiança na empresa e reduzir esses custos de capital. No entanto, os estudos desenvolvidos por Botosan e Pumlee (2000) concluem que o aumento da divulgação de informação poderá significar o aumento do custo de capital, enquanto a divulgação parcial de informação poderá diminuir o custo do capital. A investigação desenvolvida por Gietzmann e Trombetta (2003) apontam no mesmo sentido, pois afirmam que o aumento da divulgação da informação não significa sempre uma redução de custo do capital.

Atendendo aos estudos de Watts e Zimmerman (1978), Healy e Palepu (2000) propõem a *Teoria da Informação Voluntária*, onde defendem que a divulgação da informação por parte das empresas é essencial para um correto funcionamento dos mercados de capitais. Ao mesmo tempo defendem a existência de mecanismos que penalizem a divulgação de informação incorreta e parcial. Nesta teoria, Healy e Palepu (2000) referem que a divulgação incorreta reflete-se essencialmente no aumento do custo de capital e diminuição na liquidez das ações.

No contexto da *Teoria da Informação Voluntária*, Garnelu e Pedersen (2004) defendem que os investidores têm de ser compensados, e face a resultados, informação e decisões comerciais ineficientes, estes podem exigir uma taxa de retorno maior ou um maior custo de capital.

As diversas teorias apresentadas pretendem explicar as razões que conduzem as empresas a maiores níveis de divulgação. Atendendo a que, conforme referido no início deste capítulo, com o presente trabalho pretende-se determinar quais as variáveis, quer quantitativas, quer qualitativas, que potencialmente podem explicar a razão da opção pelas NIC, a revisão e os argumentos avançados pelas diversas teorias permitem identificar as variáveis que potencialmente podem explicar níveis de divulgação mais extensos.

2.2. Enquadramento Normativo

2.2.1. Harmonização contabilística internacional

No início do século XX, a crescente circulação de pessoas, de bens e de informação e o crescimento de grandes marcas que operavam a nível mundial, criou um fenómeno socioeconómico denominado de globalização (Al-Rhodan, 2006). O fenómeno globalização, a nível financeiro, foi entendido como um processo onde era possível realizar transações financeiras a nível mundial, expandir os negócios para outros mercados que até à data eram inalcançáveis (Al-Rhodan, 2006).

Face a este contexto e com o crescimento das empresas a nível mundial e a consequente necessidade de novos investidores estrangeiros, as empresas “colocaram” as suas ações em diferentes mercados de capitais, o que evidenciou, por força dos diferentes normativos contabilísticos vigentes em cada país, diferenças, mais ou menos substantivas, na posição financeira e no desempenho aquando da aplicação do normativo aplicável ao país onde a empresa passou a colocar os seus títulos à cotação. As diferenças na posição financeira e desempenho erradicam, por um lado, no facto dos requisitos de reconhecimento e mensuração das operações e de outros acontecimentos serem distintos de país para país e, por outro, pela obrigação dos países em obrigar a que as entidades, que pretendessem colocar os seus valores mobiliários cotados em bolsa, preparassem e apresentassem as suas contas de acordo com o referencial contabilístico desse país.

Uma mesma empresa com posições financeiras e desempenho diferentes de país para país colocava em causa a qualidade da informação financeira bem como a sua capacidade de resposta aos diferentes mercados (Costa e Alves, 2005), dificultava a comparabilidade da informação e aumentava os custos de contexto, por força do acréscimo de encargos com a preparação e apresentação das demonstrações financeiras em diferentes bolsas.

Segundo Pereira *et al.* (2009) a existência de referenciais contabilísticos distintos de país para país devia-se à inexistência da Contabilidade como ciência, uma vez que a contabilidade ajustava-se ao tipo de informação que a sociedade necessitava para analisar as empresas. Como tal eram vários os fatores que influenciavam as normas contabilísticas de cada país.

Face ao cenário acima descrito, e as desvantagens a este associado, os poderes políticos procuraram soluções que permitissem uma maior harmonização contabilística em termos internacionais. Segundo Pereira *et al.* (2009) foi um processo que teve as primeiras tentativas de regulamentação no século XIX, mas no entanto só conheceu um grande desenvolvimento no início do século XX, com o *crash* da Bolsa de Nova Iorque (denominado crise dos anos 29-30). Desse modo foi posto em causa pela primeira vez, a total liberdade de ação que havia em termos de matéria contabilística.

Com o avançar dos anos e da complexidade dos mercados, segundo Laínez (1993), foram muitos os investigadores que começaram a defender uma maior harmonização contabilística, isto é, um conjunto de normas contabilísticas internacionais que fossem minimamente adequadas a todos os utentes de informação.

Laínez (1993) refere ainda que a harmonização contabilística internacional desenvolveu-se em duas vertentes, a vertente pública que foi sustentada no direito internacional público, nas quais é de destacar a UE, Organização das Nações Unidas e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e na vertente privada ou profissional, que foi desenvolvida por organizações profissionais sem instrumentos jurídicos que garantam a sua aplicação mundial. Nesta ultima vertente, é de salientar a *International Federation of Accounts* e o IASB.

Segundo Álvarez (1998), o IASB teve um papel preponderante quer no processo de harmonização internacional, quer a nível da UE.

O IASB insere-se na estrutura do *International Accounting Standards Committee* (IASC). O IASC foi fundado, em 1973, essencialmente por países com uma orientação micro (Nobes, 1996), isto é, em empresas que se financiavam através de mercados de capitais, países onde havia um predomínio de grandes sociedades anónimas, havia independência em relação às normas fiscais e os acionistas eram os principais utilizadores da informação contabilística.

Estava assim dado o “mote” para uma harmonização contabilística à escala mundial. O esforço de harmonização internacional por parte do IASC/IASB, segundo Pinheiro (2007), pode ser dividido em três períodos.

1.º Período - “O Período Descritivo” (1973 até 1986) visou essencialmente a emissão de normas consensuais em vários países, que eram consideradas flexíveis e, nesse sentido, resolveram os problemas derivados da existência de diferentes sistemas legais e práticas contabilísticas nos diversos países.

2.º Período - “O Período Normativo”, compreendido entre 1987 e 1994 teve como principal objetivo melhorar a comparabilidade internacional das demonstrações financeiras.

Em 1987, no sentido de harmonizar os procedimentos contabilísticos internacionais, o IASC celebra com a *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO) um acordo, na qual ambos os organismos comprometeram-se a trabalhar em conjunto no sentido de estabelecer um corpo de normas contabilísticas detalhado e completo.

Resultante deste acordo, o IASC formulou dois importantes documentos: a “Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras” e o “Projeto de Comparabilidade”.

A Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras teve como objetivo fornecer às normas coerência, consistência e redução das diversas alternativas dos tratamentos contabilísticos.

O Projeto de Comparabilidade, emitido em 1989, propunha, que na elaboração de novas normas ou revisão das já existentes, um único tratamento contabilístico, o chamado tratamento de referência ou preferencial. Quando um só tratamento não fosse possível, um tratamento alternativo seria proposto.

Após a conclusão da revisão prevista no citado projeto, a IOSCO não aprovou tais alterações no seu congresso de Tóquio em 1994, adiando a decisão até o IASB criar e apresentar um núcleo de vinte e quatro normas que fossem ao encontro das suas exigências, embora se tivesse comprometido com o IASB a fazê-lo por etapas.

3.º Período - “A Restruturação do IASB”, que se iniciou em 1995, é marcado por um novo acordo (o mais célebre e importante) entre IASC e IOSCO, que contemplava o desenvolvimento de um programa (compreendido entre 1995 e 1999) para a criação de normas básicas que a IOSCO recomendaria às bolsas internacionais.

Com a crescente importância do IASC em matéria de harmonização internacional, a *Securities and Exchange Commission* (SEC) reconhece o IASC como uma entidade capaz de produzir normas com esse objetivo.

Após tal reconhecimento, e com o novo acordo estabelecido entre o IASC e o IOSCO, o IASC vê o seu objetivo principal ser concretizado, as suas normas são reconhecidas e autorizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras por parte das bolsas de valores dos diversos mercados.

No entanto em 1999, para dissipar todas as críticas (e por força da pressão constante do SEC), o Conselho do IASC decidiu aprovar um conjunto de propostas que levaram a uma remodelação interna significativa, entre as quais a criação do IASB que se assume como organismo responsável pela emissão das normas, tarefa que anteriormente era desempenhada pelo IASC e que atualmente é a Fundação IASC⁵.

Foram estes passos que deram um impulso sem precedentes a este organismo que desde a sua criação até à atualidade “caminha de braços dados” com a harmonização contabilística internacional.

2.2.2. Harmonização contabilística na UE

Em 1957 com a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) a harmonização contabilística foi, segundo Rodrigues e Pereira (2004), fundamental para alcançar a livre circulação de produtos, indivíduos, serviços e capitais entre os Estados-membros.

Segundo Grima (2001), podemos distinguir três períodos no processo de harmonização contabilística na UE. O primeiro período compreendeu-se entre 1970 e 1990 e caracteriza-se pela aprovação das diretivas comunitárias e pela sua implementação nos países comunitários. O segundo período está compreendido entre 1990 e 1995 na qual se destaca a conferência que a Comissão Europeia (CE) organizou com o intuito de debater a harmonização contabilística ao nível da UE. O último e atual período enfatiza a alteração definitiva da política contabilística harmonizadora.

⁵ Organismo não lucrativo e responsável pela nomeação dos *Trustees* (membros do órgão máximo do IASB) e pelo seu funcionamento (Rodrigues e Pereira, 2004).

Nos parágrafos seguintes desenvolve os principais elementos caracterizadores de cada etapa.

No **1.º período**, o caminho que a UE escolheu para uma maior harmonização entre os Estados-membros, foi através das “*Diretivas Comunitárias, normas dirigidas aos estados-membros que ficam obrigados a introduzi-las mediante os mecanismos que fossem adequados, na legislação nacional*” (Rodrigues e Pereira, 2004: 164). As diretivas que levaram a uma maior harmonização contabilística são três, que se apresentam na tabela 2.1:

Tabela n.º 2.1- Diretivas comunitárias

Designação Comum	Designação Técnica	Data de Publicação	Conteúdo
4.ª Diretiva	78/660/CEE	25 julho de 1978	<ul style="list-style-type: none">- Contas anuais e do relatório de gestão.- Métodos de valorimetria (preço de aquisição ou custo de produção).- Publicidade dos documentos.
7.ª Diretiva	83/349/CEE	13 junho de 1983	<ul style="list-style-type: none">- Para as contas consolidadas das empresas do grupo, associadas e multigrupo com o objetivo de alcançar os mesmos objetivos que a anterior.
8.ª Diretiva	84/253/CEE	10 abril de 1984	<ul style="list-style-type: none">- Habilitações dos auditores e a delimitação da sua atividade.- Requisitos a cumprir pelas sociedades e pessoas e que acedam à atividade de auditoria.

Fonte: Rodrigues e Pereira (2004)

No início dos anos 90 começou a denotar-se os esforços de normalização desenvolvidos pelas instituições comunitárias da UE eram insuficientes, tais como indica Fernandes (1998: 9),

“A nível europeu, e mais concretamente a nível comunitário, foram recentemente feitas reflexões muito importantes. Foi repensada a estratégia de normalização europeia, face ao avanço da normalização internacional e ao marasmo quase total dentro da UE. Sem esperar pela evolução da UE, algumas grandes empresas europeias passaram a adotar também as normas internacionais, para se poderem cotar nas Bolsas fora da Europa. Ficaram assim obrigadas a preparar mais um conjunto de contas, o que não é prático e lança a confusão nos mercados”.

Segundo Hulle (1993), a ausência de regras para assuntos não abordados pelas diretivas, e consequente desenvolvimento de normas nacionais nessas matérias, poderia resultar numa desarmonização.

Como referido, entre 1990 e 1995 inicia-se um **2.º período** no processo de harmonização contabilística na UE, onde se destaca a conferência que a CE organizou com o objetivo de debater o futuro da harmonização contabilística ao nível UE. É de salientar as seguintes decisões:

- O convite da IASC/IASB, no sentido da Comissão se tornar membro do Grupo Consultivo e de participar no seu conselho na qualidade de observador, que foi aceite.
- A criação de um órgão consultivo associado à Comissão, o Fórum Consultivo Contabilístico, que tem como objetivo trabalhar em conjunto com as comissões normalizadoras de cada Estado-membro com o intuito de solucionar problemas que as diretivas contabilísticas não conseguiam dar resposta.

Este período foi marcado por uma maior aproximação ao IASC/IASB contudo, face a uma falta de organização e uma falta de interesse no processo harmonizador, os resultados desta etapa, foram considerados reduzidos (Cabedo e Benau, 2001).

O **3.º período** inicia-se em 1995 e ainda decorre, caracteriza-se por um acréscimo no processo de harmonização contabilística na UE, que está relacionada diretamente com o aumento da harmonização a nível internacional. O acordo IASC-IOSCO foi o ponto de viragem, pois marcou a alteração definitiva da política harmonizadora (Rodrigues e Pereira, 2004).

Em 1995, face ao fracasso dos últimos cinco anos, a UE decidiu alterar a sua estratégia que segundo Rodrigues e Guerreiro (2004), foi marcada pela comunicação (COM/95/508) “Harmonização Contabilística: Uma Nova Estratégia Relativamente à Harmonização Internacional”, que tinha como principal objetivo envolver a UE no processo harmonizador do IASC.

A opinião manifestada por estes investigadores explica-se por em termos práticos os objetivos pretendidos com as referidas IV e VII diretivas não terem sido atingidos. Isto é, estas diretivas pretendiam um único enquadramento contabilístico. Atendendo a que cada Estado-membro, dentro das opções permitidas nas referidas diretivas, transpôs as diretivas de forma diferente, conduziu a enquadramentos contabilísticos distintos em cada país da UE. Acresce que a SEC não reconhecia os diferentes referenciais contabilísticos existentes na UE, apesar de, como referido, se reportarem todos à mesma fonte. Esta conjuntura

colocava dificuldades à internacionalização das empresas, dado que tinham de preparar e apresentar demonstrações financeiras distintas para cada bolsa de valores, onde pretendiam colocar os seus títulos à negociação, algo que se tornava complexo, dispendioso e relativamente confuso para os investidores (COM/95/508).

A CE consciente destes constrangimentos e com o objetivo de impulsionar as empresas europeias define uma nova estratégia no que concerne a esta matéria, conforme anuncia na comunicação intitulada de “Estratégia da UE para o futuro, em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas” (CEE, 2000: 1),

“ (...) supõe um passo mais no processo de aproximação da UE e do IASB. Nesta comunicação propõe-se que todas as empresas da União Europeia cotadas num mercado regulamentado passem a elaborar as suas contas consolidadas de acordo com um único conjunto de normas contabilísticas, a saber, as normas internacionais de contabilidade do IASB a partir de 2005, o mais tardar. A adoção de regras de informação financeira uniformes e de elevada qualidade por parte dos mercados de capitais da União Europeia reforçará a eficiência global dos mercados, reduzindo assim o custo do capital para as empresas. De acordo com a Comunicação, os Estados-membros poderão autorizar (ou exigir) a aplicação das NIC às sociedades não cotadas e às contas individuais.”.

Com esta nova abordagem, foram cimentadas as condições essenciais para um bom e eficiente funcionamento de um mercado de capitais integrado. Com estas medidas foi possível assegurar um nível muito mais elevado na comparabilidade das contas (CEE, 2000: 4),

“Assegurará igualmente a rápida adoção dessas normas e enviará deste modo aos mercados o sinal adequado. Através do respeito das NIC a qualidade dos mapas financeiros melhorará consideravelmente e assegurar-se-á um grau crescente de comparabilidade. A credibilidade e, conseqüentemente, a utilidade dos mapas financeiros serão reforçadas em todos os mercados de capitais da UE. Os investidores devem poder comparar os mapas financeiros de uma empresa ao longo do tempo a fim de identificar a evolução da sua situação e resultados financeiros e, igualmente, devem poder comparar os mapas financeiros de diferentes empresas a fim de apreciar e comparar a sua situação e resultados financeiros.”.

Assim, em julho de 2002 é publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias o Regulamento (CE) N.º 1606/2002 relativo à aplicação das NIC⁶ que, segundo Rodrigues e

⁶ Conforme referido neste regulamento (artigo 2.º) a expressão Normas Internacionais de Contabilidade, engloba as Normas Internacionais de Contabilidade, as Normas Internacionais de Informação Financeira e as respetivas interpretações *Standing Interpretation Committee* (SIC) e *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

Guerreiro (2004), espelhava os esforços desenvolvidos pela UE em definir regras claras e de elevada qualidade capazes de fornecer informações relevantes, fiáveis e comparáveis aos utilizadores das demonstrações financeiras, essenciais para a realização de mercados de capitais competitivos e integrados,

“Para assegurar a competitividade dos mercados de capitais europeus, é importante que se realize a convergência das normas utilizadas na Europa para a elaboração das demonstrações financeiras com as normas internacionais de contabilidade, as quais são suscetíveis de uma utilização a nível mundial, tanto para a realização de operações transfronteiras como para a admissão à cotação no estrangeiro.” (Preâmbulo, Regulamento (CE) N.º 1606/2002).

2.2.3. A harmonização contabilística em Portugal

Em Portugal, segundo Guimarães (2005), a normalização deu os primeiros passos na segunda metade do século XX. Antes da década de 70 a pouca normalização existente provinha principalmente do Código da Contribuição Industrial que determinava que o lucro das grandes empresas devia ser calculado com base no lucro contabilístico.

Guimarães (2005) constata que antes da existência do POC havia um conjunto de regras rudimentares, introduzidas de forma a garantir que a informação financeira era estruturada de acordo com as necessidades dos destinatários da mesma.

Uma vez que o sistema contabilístico português era rudimentar, na década de 70 foram tomadas medidas para implementar um POC, o que veio a ocorrer em 1977.

Morais e Lourenço (2005) indicam que após as medidas adotadas para a implementação do POC 77, o processo de normalização contabilística em Portugal pode ser descrito em quatro períodos:

O **1.º período** está compreendido entre 1976 e 1988, e tem como principais acontecimentos a criação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) e a publicação do primeiro POC, através do DL n.º 47/77 de 7 de fevereiro, que foi fortemente influenciado pela normalização contabilística francesa.

Com a entrada de Portugal na UE dá-se início a um **2.º período**, de 1989 até 1991, que vai ao encontro do processo harmonizador que a UE pretendia implementar.

Assim, Portugal foi obrigado a adaptar os normativos nacionais à IV diretiva (78/660/CEE), impondo a revisão do POC (Capítulos 1 a 12) e que tinha vigorado durante treze anos. Esse ajustamento foi efetuado em 1989 e entrou em vigor em 1990.

Em 1991, no sentido de transpor a VII Diretiva (83/349/CEE), Portugal é “obrigado” a alterar seu normativo. A transposição desta diretiva conduziu a alterações no Código das Sociedades Comerciais e no Código do Registo Comercial (Rodrigues e Guerreiro, 2004). Fruto destas alterações profundas na normalização há o acréscimo no POC dos capítulos 13 e 14, que espelham a introdução e o impacto de matérias relativas à consolidação de contas, em particular na mensuração e nas demonstrações financeiras.

O **3.º período**, talvez de menos mudanças, muito por força das alterações que estavam eminentes no seio da UE, é entre 1992 e 2004, que segundo Morais e Lourenço (2005), é caracterizado pela publicação de diretrizes contabilísticas preparadas pela CNC e que tinham como objetivo melhorar a interpretação e suprir omissões do POC. Essas diretrizes demonstraram uma clara aproximação às normas do IASB, o que mostrava que Portugal estava perfeitamente enquadrado com a estratégia de normalização contabilística da UE,

“A influência francesa começou a perder importância, à medida que as normas internacionais, originárias eminentemente dos países anglo-saxónicos, se repercutiam cada vez mais nas diretrizes contabilísticas emitidas pela CNC”
(Ferreira, 1998: 406).

O atual, **4.º período**, iniciado em 2002, caracteriza-se pelo novo modelo de normalização contabilística, consequência da publicação do Regulamento (CE) N.º 1606/2002 que estabelece a adoção das NIC:

Tabela n.º 2.2 – Opção nacional permitida pelo Regulamento (CE) N.º 1606/2002

	Entidades com títulos negociados	Entidades sem títulos negociados
Contas Consolidadas	Obrigatório	Opcional
Contas Individuais	Opcional	Opcional

Fonte: Regulamento (CE) N.º 1606/2002 e DL 158/09

Face aos acontecimentos ocorridos a nível da UE, a CNC inicia os trabalhos no sentido de adaptar as suas normas contabilísticas às exigências da UE e em 2003 é publicado o “Projeto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística”, que foi o documento pioneiro para a criação do SNC.

Em 2005, o projeto ganha um novo impulso com a emissão do DL n.º 35/2005 que transpõe para território nacional a diretiva 2003/51/CE. Segundo Morais e Lourenço (2005), esta diretiva indica que os Estados-membros deviam modernizar os seus referenciais contabilísticos, ou seja deviam ajustar os normativos nacionais às diretivas comunitárias revistas na sequência do processo de diminuição das diferenças entre estas e as NIC.

Após 6 anos, é publicado o DL n.º 158/2009 que aprova o SNC, com o objetivo de substituir o POC como é referido no preâmbulo do DL n.º 158/2009,

“O POC tem-se revelado, desde há algum tempo, insuficiente para as entidades com maiores exigências qualitativas de relato financeiro, para além de carecer de revisão técnica no que concerne, nomeadamente, a aspetos conceptuais, critérios de reconhecimento e mensuração, conceito de resultados, bem como em relação aos modelos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”.

Este novo sistema normativo pretende alcançar dois grandes objetivos:

- Aumentar a relevância e a fiabilidade da informação financeira;
- Aumentar a comparabilidade da informação financeira.

O SNC abrange dois níveis de normalização contabilística, em conformidade com o tecido empresarial português e consequentemente com diferentes níveis de relato financeiro. Citando o então Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, em abril de 2008,

“As características do tecido empresarial português claramente apontam para que os normativos contabilísticos tenham em devida conta diferentes níveis de necessidades de relato financeiro, que vão desde as entidades com valores mobiliários cotados, a que correspondem as maiores exigências, até às microentidades, a quem basta um regime simplificado. E, para assegurar a competitividade é importante a convergência das normas utilizadas na Europa com as normas internacionais de contabilidade.”.

A atual normalização contabilística em Portugal⁷ pode ser descrita segundo a tabela 2.3:

Tabela n.º 2.3 – Enquadramento contabilístico nacional

Enquadramento Jurídico	Nível	Entidades que Adotam	Normas Utilizadas
Regulamento (CE) N.º 1606/2002	1.º Nível	Empresas com valores mobiliários admitidos em mercado regulamentado da UE	NIC (UE)
SNC – DL n.º 158/2009	2.º Nível	Empresas sem valores mobiliários admitidos em mercado regulamentado da UE ⁸	Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF)
		Empresas de menor dimensão	Norma Contabilística e de Relato Financeiro - Pequenas Entidades ⁹
		Entidades de setor não lucrativo	Norma Contabilística e de Relato Financeiro - Entidades do Setor Não Lucrativo
Normalização Contabilística Microentidades – DL n.º 36-A/2011	3.º Nível	Empresas de micro dimensão	Norma Contabilística - Microentidades ¹⁰

Fonte: adaptado de Guimarães, 2005

A legislação comunitária apenas obriga ao referencial IASB/UE no que concerne às contas consolidadas das empresas com títulos admitidos à negociação em bolsa de valores da UE. Face à possibilidade prevista no Regulamento (CE) N.º 1606/2002 as empresas com valores mobiliários admitidos em mercados regulamentados da UE, podem optar pelas NIC ou NCRF, na preparação e apresentação das suas contas individuais. A escolha e as razões que explicam esta opção é o objetivo desta dissertação.

2.2.4. Aspetos diferenciadores relevantes

O SNC atende aos novos padrões comunitários, com o propósito de proporcionar ao tecido empresarial nacional um alinhamento com as diretivas e regulamentos em matéria contabilística da UE, sem descurar as necessidades “especiais” do tecido empresarial português. Por força destas necessidades “especiais” há diferenças consideradas relevantes entre os dois normativos.

⁷ Com exceção das entidades do setor administrativo do Estado e entidades financeiras.

⁸ Cumpridos determinados requisitos podem optar pelo referencial IASB/UE, quer para as contas consolidadas, quer para as contas individuais.

⁹ É opcional, atendendo a determinadas condições, previstas no DL n.º 158/2009.

¹⁰ É opcional, atendendo a determinadas condições, previstas no DL n.º 36-A/2011.

O SNC integra vários instrumentos contabilísticos, de entre os quais as NCRF. As NCRF foram adaptadas das NIC, adotadas pela UE conforme Regulamento (CE) N.º 1126/2008. Este regulamento apresenta, para além das NIC adaptadas pela UE, as interpretações SIC/IFRIG. O presente capítulo apenas incide sobre as NIC.

Doze das NCRF têm apenas como única fonte uma única NIC, duas das NCRF tem como fonte mais que uma NIC, uma das NCRF (relativa a matérias ambientais não tem como fonte qualquer NIC, decorrendo de uma recomendação da UE).

O regulamento que esteve na base das NCRF até à presente data já foi alterado 37 vezes, das quais duas são relativas a interpretações SIC/IFRIG, que face ao tema abordado nesta dissertação, foram consideradas irrelevantes e com pouco impacto nas NIC.

Na tabela 2.4 evidencia-se as NIC que presentemente vigoram na UE e as NCRF que lhes correspondem:

Tabela n.º 2.4 – NIC versus NCRF

NIC	Designação	NCRF	Designação
NIC 1	Apresentação de Demonstrações Financeiras	NCRF 1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
NIC 2	Inventários	NCRF 18	Inventários
NIC 7	Demonstrações de Fluxos de Caixa	NCRF 2	Demonstração de Fluxos de Caixa
NIC 8	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	NCRF 4	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros
NIC 10	Acontecimentos Após o Período de Relato	NCRF 24	Acontecimentos Após a Data do Balanço
NIC 11	Contratos de Construção	NCRF 19	Contratos de Construção
NIC 12	Impostos sobre o Rendimento	NCRF 25	Impostos sobre o Rendimento
NIC 16	Ativos Fixos Tangíveis	NCRF 7	Ativos Fixos Tangíveis
NIC 17	Locações	NCRF 9	Locações
NIC 18	Rédito	NCRF 20	Rédito
NIC 19	Benefícios dos Empregados	NCRF 28	Benefícios dos Empregados
NIC 20	Contabilização dos Subsídios Governamentais e Divulgação de Apoios Governamentais	NCRF 22	Contabilização dos Apoios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo
NIC 21	Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	NCRF 23	Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
NIC 23	Custos de Empréstimos	NCRF 10	Custos de Empréstimos Obtidos
NIC 24	Divulgações das Partes Relacionadas	NCRF 5	Divulgação das Partes Relacionadas
NIC 26	Contabilização e Relato dos Planos de Benefícios de Reforma		
NIC 27	Demonstrações Financeiras Separadas	NCRF 15	Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

NIC	Designação	NCRF	Designação
NIC 28	Investimentos em Associadas e em Empreendimentos Conjuntos	NCRF 13	Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas
NIC 29	Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionarias		
NIC 32	Instrumentos Financeiros: Apresentação	NCRF 27	Instrumentos Financeiros
NIC 33	Resultados por Ação		
NIC 34	Relato Financeiro Intercalar		
NIC 36	Imparidade de Ativos	NCRF 12	Imparidade de Ativos
NIC 37	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	NCRF 21	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente
NIC 38	Ativos Intangíveis	NCRF 6	Ativos Intangíveis
NIC 39	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	NCRF 27	Instrumentos Financeiros
NIC 40	Propriedades de Investimento	NCRF 11	Propriedades de Investimento
NIC 41	Agricultura	NCRF 17	Agricultura
NIIF 1	Adoção pela Primeira Vez das NIIF	NCRF 3	Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF)
NIIF 2	Pagamento com Base em Ações		
NIIF 3	Concentrações de Atividades Empresariais	NCRF 14	Concentrações de Atividades Empresariais
NIIF 4	Contratos de Seguro		
NIIF 5	Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	NCRF 8	Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas
NIIF 6	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais	NCRF 16	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais
NIIF 7	Instrumentos Financeiros: Divulgações	NCRF 27	Instrumentos Financeiros
NIIF 8	Segmentos Operacionais		
NIIF 9	Instrumentos Financeiros		
NIIF 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas		
NIIF 11	Acordos Conjuntos		
NIIF 12	Divulgação de Interesses em outras Associadas		
NIIF 13	Mensuração pelo Justo Valor		
		NCRF 26	Matérias Ambientais

Fonte: DL n.º 158/2009 e Regulamento (CE) N.º 1126/2008

As diferenças entre o referencial contabilístico SNC e o do IASB/UE não residem apenas na numeração, agregação, ou simplesmente pela inexistência de algumas normas. As diferenças relevantes residem nos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. De uma forma geral o referencial IASB/UE permite maior número de opções na mensuração, é mais exigente nos critérios de apresentação, apesar de não formatados, e maior nível de exigência nos requisitos de divulgação.

Nas tabelas 2.5 e 2.6 evidenciam-se as diferenças mais pertinentes entre estes dois referenciais. Estas diferenças são apresentadas reportando a dois momentos temporais distintos. Na tabela 2.5 evidencia-se as diferenças existentes entre as NCRF e o Regulamento (CE) N.º 1126/2008 (regulamento fonte das NCRF). Na tabela 2.6 evidencia-se as diferenças mais relevantes consequentes das trinta e sete alterações a este regulamento.

Tabela n.º 2.5 – Diferenças entre NIC e NCRF

IASB	SNC
<ul style="list-style-type: none"> - Os critérios de mensuração são aplicados às propriedades de investimento em construção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quando as propriedades de investimento se encontram em construção são aplicadas as regras de mensuração dos ativos fixos tangíveis.
<ul style="list-style-type: none"> - O <i>goodwill</i> é inicialmente determinado como o excesso do somatório de: <ul style="list-style-type: none"> (a) Justo valor da retribuição paga ou a pagar; (b) Montante atribuído aos interesses minoritários; (c) Justo valor, na data da concentração, dos interesses anteriormente detidos na entidade adquirida relativamente ao justo valor, na data da concentração, dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. 	<ul style="list-style-type: none"> - O <i>goodwill</i> é inicialmente determinado como o excesso do custo da concentração de atividades empresariais relativamente ao interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos.
<ul style="list-style-type: none"> - Os interesses em entidades conjuntamente controladas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas, alternativamente, de acordo com o método da equivalência patrimonial, ou através da consolidação proporcional (recomendado). 	<ul style="list-style-type: none"> - Os interesses em entidades conjuntamente controladas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional.
<ul style="list-style-type: none"> - Quando a entidade prepara demonstrações financeiras consolidadas, os interesses em entidades conjuntamente controladas e os investimentos em associadas e subsidiárias são registados nas demonstrações financeiras separadas, alternativamente, ao custo ou de acordo com a IAS 39. - Quando a entidade não prepara, nem deve preparar, demonstrações financeiras consolidadas: <ul style="list-style-type: none"> (a) Os interesses em entidades conjuntamente controladas são registados, alternativamente, de acordo com o método da equivalência patrimonial, ou através da consolidação proporcional (recomendado); (b) Os investimentos em associadas são registados de acordo com o método da equivalência patrimonial; 	<ul style="list-style-type: none"> - Os interesses em entidades conjuntamente controladas e os investimentos em associadas e subsidiárias são registados nas demonstrações financeiras individuais de acordo com o método da equivalência patrimonial, salvo se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a entidade detentora do investimento, sendo, neste caso, usado o método do custo. - Quando a entidade não prepara, nem deve preparar, demonstrações financeiras consolidadas, os interesses em entidades conjuntamente controladas são registados, alternativamente, de acordo com o método da equivalência patrimonial, ou através da consolidação proporcional (recomendado).
<ul style="list-style-type: none"> - Não prevê a dispensa de elaboração de demonstrações financeiras consolidadas com base na imaterialidade do conjunto das empresas a consolidar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Prevê a dispensa de elaboração de demonstrações financeiras consolidadas com base na imaterialidade do conjunto das empresas a consolidar.

IASB	SNC
<ul style="list-style-type: none"> - Não estão previstas exclusões de subsidiárias do perímetro de consolidação. 	<ul style="list-style-type: none"> - É permitido excluir do perímetro de consolidação (carácter facultativo) subsidiárias nas seguintes situações: <ul style="list-style-type: none"> (a) Subsidiárias consideradas imateriais; (b) Subsidiárias com restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a entidade detentora do investimento; (c) Participações detidas exclusivamente para venda posterior.
<ul style="list-style-type: none"> - Os custos relacionados com a concentração de atividades empresariais são registados em resultados quando ocorrem. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os custos relacionados com a concentração de atividades empresariais são incluídos no custo da concentração.
<ul style="list-style-type: none"> - Os interesses minoritários são inicialmente mensurados de acordo com um dos seguintes métodos: <ul style="list-style-type: none"> (a) Ao justo valor; (b) Pela parte no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida correspondente à proporção dos interesses não adquiridos na concentração de atividades empresariais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os interesses minoritários são inicialmente mensurados pela parte no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida correspondente à proporção dos interesses não adquiridos na concentração de atividades empresariais.
<ul style="list-style-type: none"> - Não permite o reconhecimento inicial diretamente em capital próprio de quaisquer subsídios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Determina o reconhecimento inicial diretamente em capital próprio dos subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis.
<ul style="list-style-type: none"> - Os subsídios ao investimento são apresentados, alternativamente, <ul style="list-style-type: none"> (a) A deduzir à quantia escriturada do ativo; (b) Separadamente no passivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Os subsídios ao investimento são apresentados no capital próprio.
<ul style="list-style-type: none"> - Contempla o conceito de instrumento financeiro e identifica as classes de instrumentos financeiros que poderão existir: <ul style="list-style-type: none"> (a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados; (b) Ativos financeiros detidos até à maturidade; (c) Empréstimos concedidos e contas a receber; (d) Ativos financeiros disponíveis para venda; (e) Passivos financeiros mensurados ao justo valor por resultados; (f) Outros passivos financeiros; (g) Instrumentos de capital próprio. - Define regras para a reclassificação entre classes de instrumentos financeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Introduce o conceito de instrumento financeiro e identifica as classes de instrumentos financeiros que poderão existir: <ul style="list-style-type: none"> (a) Instrumentos financeiros (ativos ou passivos) ao custo ou ao custo amortizado; (b) Instrumentos financeiros (ativos ou passivos) mensurados ao justo valor por resultados; (c) Instrumentos de capital próprio. - Regra geral, não são permitidas reclassificações entre classes de instrumentos financeiros.

IASB	SNC
<ul style="list-style-type: none"> - Os instrumentos derivados são sempre reconhecidos no balanço ao justo valor. As variações no seu justo valor são registadas em resultados, salvo se o derivado for detido no âmbito de uma operação de cobertura registada ao abrigo da contabilidade de cobertura (situação em que as variações no justo valor poderão ser total ou parcialmente registadas no capital próprio – existe o conceito de ineficácia de cobertura). 	<ul style="list-style-type: none"> - Os instrumentos derivados são sempre reconhecidos no balanço ao justo valor, exceto se o subjacente for um instrumento de capital próprio não admitido à cotação e cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade. As variações no seu justo valor são registadas em resultados, salvo se o derivado for detido no âmbito de uma operação de cobertura registada ao abrigo da contabilidade de cobertura (situação em que as variações no justo valor poderão ser registadas no capital próprio – o conceito de ineficácia de cobertura não se encontra previsto).
<ul style="list-style-type: none"> - Nos critérios de mensuração subsequente de instrumentos financeiros: <ul style="list-style-type: none"> (c) Justo valor por resultados, para instrumentos detidos para negociação, instrumentos designados através da “<i>fair value option</i>” e derivados; (d) Justo valor por capital próprio, para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nos critérios de mensuração subsequente de instrumentos financeiros: <ul style="list-style-type: none"> (c) Justo valor por resultados
<ul style="list-style-type: none"> - Define um conjunto de regras de contabilização e divulgação para: <ul style="list-style-type: none"> (f) Derivados embutidos; (g) Derivados sobre ações próprias; (h) Distinção entre capital próprio e passivo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não contempla o conjunto de regras de contabilização e divulgação para as situações descritas na coluna anterior.

Fonte: Rodrigues (2009), Delloite (2009) e Matos (2011)

Conforme referido no DL que aprovou o SNC, pretendia-se que o novo modelo contabilístico ficasse alinhado com a regulamentação comunitária. Como se referiu o regulamento base das NCRF já foi alterado 37 vezes, no entanto, desde a entrada em vigor do SNC que este não “sofreu” qualquer alteração. Consequentemente as diferenças existentes, no que se refere a esta matéria, aumentaram.

Tabela n.º 2.6 – Alterações pós-SNC

Regulamento	NIC	Alterações pós-SNC
(CE) N.º 1260/2008	NIC 23	Elimina a opção dos custos dos empréstimos obtidos poderem ser reconhecidos como gasto. Os custos de empréstimos obtidos para a aquisição, construção de ativos que se qualificam são capitalizados, fazendo parte do custo desse ativo.
(CE) N.º 1261/2008	NIIF 2	Fornece esclarecimentos sobre as condições de aquisição e sobre como ter em conta as condições acessórias de aquisição e as anulações de acordos de pagamento com base em ações pela entidade ou pela contraparte.

Regulamento	NIC	Alterações pós-SNC
(CE) N.º 1263/2008	NIC 19	Clarifica as disposições no que respeita à mensuração de um ativo de benefícios definidos. No contexto dos planos benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo.
(CE) N.º 1274/2008	NIC 1	Prescreve a base para a apresentação de demonstrações financeiras com finalidades gerais, de forma a assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras, de períodos anteriores da entidade, quer com as demonstrações financeiras de outras entidades.
(CE) N.º 53/2009	NIC 1 e 32	Os instrumentos emitidos pelas empresas eram classificados como passivos (apesar de terem características similares às de ações ordinárias), passam a ser classificados como capital próprio.
(CE) N.º 69/2009	NIIF 1 NIC 27	Indica que a entidade que adota as NIIF pela primeira vez, nas contas individuais, deve considerar como custo considerado de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, quer o justo valor à data de transição da entidade para as NIIF, quer como o custo de um investimento, quando uma empresa-mãe reorganiza a estrutura de funcionamento do grupo.
(CE) N.º 70/2009	NIIF 5 NIC 1, 8, 10, 16, 19, 20, 23, 27, 28, 29, 31, 34, 36, 38, 39, 40 e 41	Alterações para efeitos de apresentação, reconhecimento e mensuração e alterações de terminologia ou emendas a nível de redação.
(CE) N.º 254/2009	NIIF 1	Esclarece a forma como devem ser aplicadas as disposições das NIIF já adotadas pela Comissão a acordos de concessão de serviços.
(CE) N.º 460/2009	NIC 21 e 39	Indica como devem ser aplicados os requisitos das normas internacionais de contabilidade NIC 21 e NIC 39 nos casos em que uma entidade cobre o risco cambial decorrente dos seus investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras.
(CE) N.º 494/2009	NIC 27	Especifica em que circunstâncias, uma entidade tem de elaborar demonstrações financeiras consolidadas e o modo como as entidades-mãe tem de contabilizar as alterações do interesse da propriedade nas subsidiárias e como as perdas numa subsidiária devem ser repartidas entre o interesse de quem as controla do interesse de quem não as controla.
(CE) N.º 495/2009	NIIF 3	A revisão desta norma estabelece princípios e regras quanto à forma como o adquirente no quadro de uma concentração de atividades empresariais deve reconhecer e mensurar os diferentes elementos associados ao tratamento contabilístico da aquisição. Determina ainda a informação a divulgar em relação a essas transações.
(CE) N.º 636/2009	NIC 11 e 18	Clarifica o momento em que o rédito da construção de imóveis deve ser reconhecido nas contas.

Regulamento	NIC	Alterações pós-SNC
(CE) N.º 824/2009	NIIF 7 NIC 39	Clarifica a data efetiva de aplicação e as medidas de transição aplicáveis no que respeita às emendas.
(CE) N.º 839/2009	NIC 39	Introduz alterações na aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.
(CE) N.º 1136/2009	NIIF 1	Reestruturação da NIIF 1, na qual suprime da norma certas orientações de transição.
(CE) N.º 1142/2009	NIIF 5 NIC 10	Clarifica e orienta o tratamento contabilístico das distribuições de ativos que não são caixa aos proprietários de uma entidade.
(CE) N.º 1164/2009	NIIF 1	Clarifica e orienta o tratamento contabilístico das transferências de itens de ativos fixos tangíveis provenientes de clientes ou de fundos para aquisição ou construção de itens de ativos fixos tangíveis.
(CE) N.º 1165/2009	NIIF 4 e 7	Visa exigir divulgações mais pormenorizadas sobre as mensurações pelo justo valor e o risco de liquidez associado aos instrumentos financeiros.
(CE) N.º 1171/2009	NIC 39	Esclarece o tratamento dado aos instrumentos financeiros derivados embutidos noutros contratos quando um ativo financeiro híbrido é reclassificado mediante retirada da categoria de justo valor através dos lucros ou prejuízos.
(CE) N.º 1293/2009	NIC 32	Clarifica a forma como deve ser contabilizado certos direitos quando os instrumentos emitidos são denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente.
(CE) N.º 243/2010	NIIF 8 NIC 17, 36 e 39	Implica alterações dos requisitos vigentes ou dão orientações adicionais sobre a forma como esses requisitos deverão ser aplicados.
(CE) N.º 244/2010	NIIF 2	Clarifica o tratamento contabilístico de transações com base em ações nas quais o fornecedor de bens ou prestador de serviços é pago em numerário e a obrigação é tomada a cargo por uma outra entidade do grupo.
(CE) N.º 550/2010	NIIF 1 NIC 37	Define que as entidades do setor do petróleo e gás que decidam adotar as NIIF podem mensurar os seus ativos de petróleo e gás pelo valor de avaliação ao abrigo dos princípios contabilísticos que aplicavam anteriormente.
(CE) N.º 574/2010	NIIF 1 e 7	Emenda à NIIF 1 na qual constava a isenção da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a NIIF 7, no que respeita à mensuração pelo justo valor e ao risco de liquidez quando esses períodos comparativos terminem antes de 31 de dezembro de 2009, não pode ser utilizada pelas entidades que adotam pela primeira vez as NIIF, o objetivo da emenda à NIIF 1 é proporcionar uma isenção opcional para essas entidades.
(CE) N.º 632/2010	NIIF 8 NIC 24	Simplifica a definição de parte relacionada, eliminando simultaneamente, certas incoerências internas, e prever isenções para entidades ligadas à administração pública no respeitante à quantidade de informação que essas entidades devem prestar em matéria de transações com partes relacionadas.

Regulamento	NIC	Alterações pós-SNC
(CE) N.º 662/2010	NIIF 1	Proporciona orientação sobre a forma como um devedor deve contabilizar os seus instrumentos de capital próprio emitidos com vista à liquidação total ou parcial de um passivo financeiro no seguimento da renegociação dos termos desse passivo.
(CE) N.º 149/2011	NIIF 1 NIC 34	Implica alterações dos requisitos vigentes ou dão orientações adicionais sobre a forma como esses requisitos deverão ser aplicados, nas quais, se uma entidade alterar as suas políticas contabilísticas ou o modo como usa as isenções previstas nas NIIF enunciadas, deve explicar as diferenças de acordo com as NIIF.
(CE) N.º 1205/2011	NIIF 7	Melhora a compreensibilidade na avaliação às exposições ao risco relacionadas com as transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos na posição financeira de uma entidade.
(CE) N.º 475/2012	NIC 1 e 19	Exige mais informação na apresentação do rendimento integral e ajuda os utentes das demonstrações financeiras a distinguirem, aquelas que podem ser posteriormente reclassificadas nos resultados e aquelas que nunca poderão sê-lo. Também visa, ajudar os utentes das demonstrações financeiras a perceberem melhor de que modo os planos de benefícios definidos afetam a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa de uma entidade.
(CE) N.º 1254/2012	NIIF 10, 11 e 12 NIC 27 e 28	Têm como objetivo estabelecer princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias outras entidades.
(CE) N.º 1255/2012	NIIF 1 e 13 NIC 12	As entidades, em ambientes hiperinflacionários são autorizadas a utilizar o justo valor como custo considerado para os seus ativos e passivos no balanço de abertura. Também introduz uma exceção ao princípio de mensuração contido na NIC 12, sob a forma de uma presunção refutável que o montante escriturado de um bem de investimento mensurado ao justo valor será recuperado através da venda e que uma entidade será obrigada a utilizar a taxa de imposto aplicável à venda do ativo subjacente.
(CE) N.º 1256/2012	NIIF 7 NIC 32	A emenda exige apresentação de informação quantitativa adicional de maneira a que os utentes possam comparar e conciliar melhor as divulgações de acordo com as NIIF e as divulgações de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites nos Estados Unidos da América.
(CE) N.º 183/2013	NIIF 1 NIC 20 e 39	Dispensa as entidades da aplicação total e retrospectiva na transição para as NIIF, nas rubricas relativas a empréstimos concedidos pelo Governo com uma taxa de juro inferior à do mercado. Assim é acrescentada uma exceção à aplicação retrospectiva das NIIF na qual os adotantes apliquem os requisitos definidos na NIC 20 e NIC 39.

Regulamento	NIC	Alterações pós-SNC
(CE) N.º 301/2013	NIIF 1 NIC 1, 16, 32 e 34	Melhorias e conjunto de clarificações ou correções (às NIC 16 e NIC 34), bem como alterações aos requisitos vigentes ou orientações adicionais sobre a forma de aplicar determinados requisitos, nas normas NIIF 1, NIC 1 e NIC 32.
(CE) N.º 313/2013	NIIF 10, 11 e 12	Limita o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da NIIF 12.

Fonte: adaptado dos Regulamentos da Comissão das Comunidades Europeias

As demonstrações financeiras do IASB diferem um pouco das demonstrações do SNC que, segundo Morais e Lourenço (2013), devem, *a priori*, satisfazer as necessidades dos investidores, financiadores e credores embora estas possam a vir a ser úteis para os outros utilizadores de informação financeira. A estrutura conceptual do SNC prescreve que as demonstrações financeiras são preparadas com o intuito de satisfazer as necessidades de todos os utentes de informação financeira.

Esta diferença deve-se, segundo Morais e Lourenço (2013), ao facto do IASB entender que as demonstrações financeiras devem ser preparadas para responder a investidores, financiadores e credores, que estão interessados nestas, pois desejam conhecer o valor, momento e certeza dos fluxos a obter na entidade no futuro na forma de dividendos, mais-valias, juros ou reembolso de capital emprestado.

O objetivo das demonstrações financeiras, segundo a IAS 1, é proporcionar informação útil para a tomada de decisões económicas dos “principais” utilizadores de informação financeira. A NCRF 1 aponta no mesmo sentido. No entanto a forma de o atingir é distinto nos dois referenciais, conforme se evidencia na tabela 2.7:

Tabela n.º 2.7 – Demonstrações Financeiras – IASB/UE *versus* SNC

Assunto	IASB/UE	SNC
Demonstrações Financeiras Obrigatórias	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstração da posição financeira. - Demonstração do rendimento integral. - Demonstração de alterações no capital próprio. - Demonstração de fluxos de caixa. - Notas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Balanço. - Demonstração dos resultados. - Demonstração das alterações no capital próprio. - Demonstração de fluxos de caixa. - Anexo.

Assunto	IASB/UE	SNC
Demonstração da posição financeira: classificação dos ativos e passivos	<ul style="list-style-type: none"> - Classificação em correntes e não correntes. - Exceção: em função da sua liquidez, nas situações em que esta apresentação proporcione informação fiável e mais relevante. 	<ul style="list-style-type: none"> - Em correntes e não correntes.
Estrutura da demonstração do rendimento integral/demonstração dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Duas estruturas possíveis: Demonstração do rendimento integral; ou Demonstração dos resultados por natureza ou por funções separada e demonstração do outro rendimento integral. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uma única estrutura. Demonstração dos resultados por naturezas (sendo opcional a apresentação da demonstração dos resultados por funções).
Conteúdo da demonstração do rendimento integral/demonstração dos resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstração do rendimento integral: Rendimentos e gastos reconhecidos em lucros ou prejuízos; e Rendimentos e gastos reconhecidos em outro rendimento integral. ou - Demonstração dos resultados separada: Rendimentos e gastos reconhecidos em lucros ou prejuízos; e - Demonstração de rendimento integral: Rendimentos e gastos reconhecidos em outro rendimento integral. 	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstração dos resultados: Rendimentos e gastos reconhecidos em lucros ou prejuízos.
Elementos a apresentar na demonstração de alterações de capital próprio	<ul style="list-style-type: none"> - Efeito da alteração retrospectiva de políticas contabilísticas e da correção retrospectiva de erros; e - Transações com proprietários nessa qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Efeito da alteração retrospectiva de políticas contabilísticas e da correção retrospectiva de erros. - Transações com os proprietários nessa qualidade. - Rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio.
Apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Pelo método direto ou indireto 	<ul style="list-style-type: none"> - Pelo método direto

Assunto	IASB/UE	SNC
Informação a divulgar	<ul style="list-style-type: none"> - Resumo de políticas contabilísticas aplicadas e outras contabilísticas usadas que sejam relevantes para uma compreensão das demonstrações financeiras; - Informação de suporte aos elementos apresentados nas demonstrações financeiras; - Divulgação nas notas um conjunto de informação adicional, sempre que a mesma for exigida por outra NIC, ou sempre que a entidade considerar que a informação é necessária para uma apresentação apropriada das demonstrações financeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto de informação com algumas diferenças para as NIC, nomeadamente: Informação não exigida; e Informação diferente ou adicional

Fonte: adaptado de Morais e Lourenço (2013)

É possível verificar que o conjunto de demonstrações financeiras que as entidades devem apresentar de acordo com cada um dos normativos não são as mesmas.

Segundo Morais e Lourenço (2013), a terminologia adotada também não é totalmente coincidente. Por exemplo, o IASB utiliza a designação de demonstração da posição financeira, o SNC utiliza o termo balanço, e as notas previstas no IASB correspondem ao anexo do SNC.

Embora pese os esforços para uma harmonização, quer a nível internacional, quer a nível nacional, existem algumas divergências por força das características do “tecido empresarial português”. O facto da normalização portuguesa se manter inalterada desde 2008, aumenta o desfasamento face ao IASB/UE, que viola um dos objetivos pretendidos com o SNC.

2.3. Estudos Empíricos

Como se procurou evidenciar no capítulo anterior, uma das vantagens, do ponto vista do utilizador, decorrentes da harmonização contabilística é a comparabilidade da informação contabilística em diferentes espaços geográficos. Do ponto vista das entidades destaca-se a diminuição dos custos de preparação e apresentação da informação em diferentes espaços geográficos. Do ponto vista político evidencia-se o reforço da credibilidade dessa informação, ganhando-se desse modo a confiança dos mercados.

Atendendo aos argumentos a favor de uma maior harmonização contabilística diversos investigadores, sob diferentes perspetivas, apresentaram as suas conclusões sobre esta matéria, que a seguir se apresentam.

Rodrigues e Craig (2007) procuraram explicar o processo de harmonização internacional. No seu trabalho procuram, explicar o processo, efeitos e progressos esperados no processo de convergência internacional dos normativos contabilísticos com as NIC. Basearam-se no conceito do dialeto Hegelian de teses, antíteses e sínteses, de noções de isomorfismo e embora em menor grau, do conceito de conhecimento de poder de Foucault. Com o seu estudo concluíram que tais fatores são capazes de explicar a extensão, o ritmo e o padrão de convergência dos normativos contabilísticos com as NIC. Assim Rodrigues e Craig (2007) indicam que o processo de harmonização internacional é um processo de teses, antíteses e sínteses, que a convergência é um processo isomórfico que funciona bem quando instituições e ambientes são similares e que o grau de convergência dependerá da noção de poder que as instituições têm das NIC, ou seja, quanto mais as instituições acreditarem que as NIC são as melhores normas, maior será o empenho no processo de harmonização.

Tas (1988) teve como objetivo demonstrar que a harmonização contabilística pode reduzir as diferenças nas práticas contabilísticas aplicadas nos diversos países de modo a atingir a comparabilidade de informação financeira. Analisou várias vertentes dos relatórios financeiros através de variáveis estatísticas que permitiram medir o grau de comparabilidade contabilística. Com este estudo Tas (1988) demonstra que as normas são um meio para alcançar a harmonização contabilística.

Por outro lado, Jensen e Meckling (1976), Watts e Zimmerman (1990) e Gandia e Andres (2005) defendem que um fator explicativo para a adoção das NIC como referencial está correlacionado com o auditor. Dado os trabalhos desenvolvidos concluíram que a dimensão das firmas de auditoria têm um impacto significativo na escolha do normativo. Através de uma variável dicotómica analisaram a hipótese da empresa ser auditada ou não por uma das grandes multinacionais de auditoria, são denominados *Big Four*¹¹.

¹¹ Denominação que se dá as empresas Deloitte, PWC, KPMG e Ernst & Young, dado que estas empresas detêm uma parcela muito significativa desta área de negócio.

Chalmers e Godfrey (2004) validaram também estas conclusões justificando que as grandes firmas de auditoria (*Big Four*) possuem recursos humanos e metodologias adaptadas às NIC. Como estas empresas possuem uma reputação de grande qualidade e de independência e pretendem mantê-los, impõem custos de reputação aos clientes, isto é, exigem aos seus clientes maiores níveis de divulgação, o que é conseguido pela aplicação das IAS.

Por outro Watts e Zimmerman (1990), na sua investigação, defendem que os custos políticos estão relacionados com os diferentes setores de atividade e com a dimensão. Assim, Watts e Zimmerman (1990) indicam que o facto de pertencer a um determinado setor conduz as empresas desse setor a adotar práticas de divulgação que entendem ser as mais adequadas para as especificidades desse setor.

Cooke (1989) indica que as empresas que operam no espaço internacional tendem a possuir melhores sistemas de gestão devido à complexidade das suas operações. Então, estas empresas terão necessidade de avaliar as alterações implícitas no processo de transição para as NIC e, conseqüentemente, divulgarão mais facilmente informação nesse âmbito.

Em Portugal são raras as análises referentes às opções contabilísticas das empresas. É de destacar o estudo de Guerreiro *et al.* (2012) na qual abordam os fatores que influenciam a preparação de grandes empresas portuguesas sem títulos cotados na adoção voluntária das NIC e os estudos de Gonçalves e Fernandes (2011a, 2011b) que analisam as opções contabilísticas no que concerne à preparação e apresentação das contas individuais dos grupos empresariais que constituem o PSI-20.

O estudo de Guerreiro *et al.* (2012) tem como objetivo explicar as razões da adoção voluntária das NIC das maiores empresas não cotadas portuguesas. Este estudo invoca uma perspetiva institucional para argumentar que a adoção de práticas organizacionais é influenciada pela *Teoria Institucional* e pela racionalidade inerente às opções vigentes de cada empresa.

Especificamente, procuram compreender a razão pela qual as empresas não cotadas em Portugal decidem adotar voluntariamente as NIC, ao invés de manter as normas portuguesas. Na ótica de Guerreiro *et al.* (2012) a questão pertinente era averiguar a

escolha do normativo, com o intuito de entender se tal escolha era uma resposta estratégica às pressões institucionais a que as empresas estão sujeitas.

Neste estudo, Guerreiro *et al.* (2012), defendem que a metodologia mais adequada, para entender as premissas anteriormente citadas, assenta no modelo de Oliver (1991). Assim, combinaram a resposta estratégica proposto pelo modelo de Oliver (1991) com o conceito de lógica institucional para examinar as razões para adoção das normas NIC.

Selecionaram uma amostra de 474 empresas, às quais foram enviados questionários com o intuito de obter informações voluntárias relativamente à adoção (ou não) das NIC ao qual apenas 158 responderam.

Testaram várias hipóteses na qual cada uma corresponde a um tipo de pressão institucional, enunciados no modelo de Oliver (1991) como causa, constituintes, conteúdo, controlo e contexto.

Em primeira instância concluem que o quadro de Oliver (1991) é relevante para explicar a relação entre as pressões institucionais para adoção das NIC e a resposta estratégica das grandes empresas portuguesas.

Deduzem que as empresas entendem que a adoção das NIC é um caminho para aumentar o prestígio, demonstrando aptidão social. O estudo indica que a expectativa dos constituintes de uma instituição é maior quando as instituições adotam as NIC, pois estas contêm padrões superiores e fornecem informações contabilísticas de alta qualidade e de um elevado grau de transparência.

Inferem que as subsidiárias das multinacionais são mais propensas a adotar as NIC de forma voluntária, o que vai ao encontro de a uma pressão institucional, constituinte.

Por fim, Guerreiro *et al.* (2012) concluem que as empresas que adotam as normas nacionais têm uma maior autonomia na tomada de decisão organizacional face às empresas que adotam voluntariamente as NIC.

Em suma, as empresas reconhecem as vantagens de adoção das NIC, como o reforço da legitimidade e coerência com as expectativas dos constituintes das instituições e as suas metas organizacionais que superam qualquer perda resultante em relação à autonomia de

decisão. No entanto, quando as organizações enfrentam pressões institucionais, elas escolhem ativamente as pressões que querem cumprir.

Gonçalves e Fernandes (2011a e 2011b) no seu estudo analisam as opções contabilísticas nas contas individuais das empresas que integram o PSI-20. Este estudo teve como período de análise 2005 a 2010. O estudo teve como objetivo aferir se as entidades exerceram a opção pelo referencial IASB/UE, prevista no Regulamento (CE) N.º 1606/02 e no DL n.º 158/09.

Para este estudo foi retirado do relatório e contas de cada empresa a seguinte informação:

- Indicação do referencial contabilístico no que concerne às contas individuais;
- Dimensão das empresas mãe (volume de negócios);
- Internacionalização (volume de negócios em mercados estrangeiros);
- Rendibilidade (rendibilidade das vendas/serviços);
- Serviços de auditoria (sociedade emitente da certificação legal de contas);

Com o intuito de averiguar se as variáveis seleccionadas eram potencialmente explicativas foi adotado um modelo de regressão logística que teve como objetivo principal refletir a escolha entre as duas alternativas, adotar, ou não, as normas IASB/UE. Também foram utilizados instrumentos de estatística descritiva e testes estatísticos paramétricos e não paramétricos. Os testes não validaram nenhuma variável como potencialmente explicativa. No entanto, Gonçalves e Fernandes (2011a e 2011b) observaram que as entidades direcionadas para a exportação optam maioritariamente pelo referencial contabilístico IASB/UE.

Nos resultados, Gonçalves e Fernandes (2011a e 2011b) indicam que as entidades que optam pelas normas IASB/UE são em número muito reduzido, embora aumente gradualmente ao longo do período analisado. A baixa aderência, segundo os investigadores, prende-se com a legislação fiscal vigente à data¹², que colocava “intencionalmente um “travão” a esta opção” (Gonçalves e Fernandes, 2011b: 10), ao referir que,

¹² Como referido o estudo de Gonçalves e Fernandes (2011a e 2011b) analisou os Relatórios e Contas, das empresas da amostra, emitidos no período 2005 a 2010. O SNC entrou em vigor em 1/1/2010 e em simultâneo o Código do Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas foi ajustado ao novo normativo contabilístico. Como referido as NIC são obrigatórias desde 2005 na preparação e apresentação das contas consolidadas (caso se trate de entidades com valores mobiliários cotados em bolsa da UE), sendo permitida a sua utilização no que concerne às contas individuais destas entidades, no entanto a legislação fiscal impunha que para efeitos da determinação do Imposto sobre o Rendimento as entidades preparassem e apresentassem as contas, para essa finalidade, de acordo com o POC.

“Para efeitos fiscais, nomeadamente de apuramento de lucro tributável, as entidades que, nos termos do presente diploma, elaborem as contas individuais em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade são obrigadas a manter a contabilidade organizada de acordo com a normalização contabilística nacional e demais disposições legais em vigor para o respetivo setor de atividade.” (artigo 14.º).

Assim Gonçalves e Fernandes (2011a: 53), concluíram que existe um comportamento oposto ao esperado inicialmente, isto é,

“Na nossa opinião vale a pena, em estudos posteriores, perceber a razão pela qual estas entidades não optaram pelo referencial IASB/UE para as suas contas individuais quando obrigatoriamente têm de o utilizar para as contas consolidadas.”.

Gonçalves e Fernandes (2011b: 11) também verificaram que as entidades que optaram pelo referencial IASB/UE, *“ao longo do período, foram utilizando cada vez melhor a terminologia”.*

Apesar de ambos os estudos pretenderem atingir os mesmos objetivos, têm objeto e metodologia distintos. Guerreiro *et al.* (2012) incide sobre empresas que não são líderes, ou seja de referência, consequentemente mais sujeitas ao efeito mimetismo. O objeto de estudo de Gonçalves e Fernandes (2012) são as empresas de referência (que integram o índice PSI-20), logo menos sujeitas às pressões institucionais.

Face às conclusões dos estudos efetuados pelos investigadores referidos, as variáveis que influenciam a opção de preparar e apresentar as demonstrações financeiras de acordo com as IAS são: internacionalização, tipo de auditor, setor de atividade, dimensão e resposta estratégica às pressões institucionais.

Perceber as motivações da escolha pelo normativo IASB/UE é também relevante na medida em que a sua aplicação não é neutra, isto é “provoca” alterações na posição financeira das entidades. A apresentação das primeiras demonstrações financeiras de acordo com o referencial IASB/UE obriga as entidades, nos termos da NIIF 1 – Adoção pela primeira das NIC, a reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar os ajustamentos de transição para este referencial.

Dadas as opções da UE em matéria contabilística, vertidas no referido Regulamento (CE) N.º 1606/2002, os Estados-membros, à semelhança do ocorrido em Portugal, por um lado ajustaram os seus normativos contabilísticos ao referencial IASB/UE e, por outro, as

entidades com títulos negociados em bolsa passaram a preparar e apresentar as contas consolidadas de acordo com esse referencial.

A nível de países, existem alguns estudos que demonstram o impacto da adoção das NIC. Os impactos evidenciados diferem de país para país, o que pode ser explicado pelas diferentes práticas contabilísticas.

Apresentam-se de seguida alguns estudos sobre o impacto da aplicação do IASB/UE, que não pretende ser exaustivo, mas somente evidenciar que a aplicação deste referencial implicou diversos impactos na posição financeiras das entidades, independentemente do país onde a empresa estava sediada.

Na Alemanha, segundo Hung e Subramanyam (2007), através do seu estudo tentaram averiguar o impacto da aplicação das NIC nas empresas com títulos cotados, através das alterações que foram documentadas nas demonstrações financeiras, assim como o uso de rácios financeiros para documentar as alterações existentes entre os diferentes normativos. Hung e Subramanyam (2007) concluíram que a adoção das NIC levou a um aumento do Ativo, Capital Próprio e Resultado Líquido das empresas. No entanto, Hung e Subramanyam (2007), referem ainda, que apesar da fraca evidência, que as normas internacionais tornam os resultados mais conservadores.

No Reino Unido Horton e Serafeim (2008) tiveram como intuito analisar a informação que está contida nos documentos contabilísticos que a NIIF 1 exige, e na qual tentaram averiguar a significância dessa informação. Tais documentos elucidavam as alterações necessárias das normas nacionais para as normas internacionais. Horton e Serafeim (2008) concluem que os Resultados diminuem com a aplicação das NIC. E que existe uma grande significância nos impostos diferidos, nos benefícios dos empregados e na imparidade do *goodwill*.

Perramon e Amat (2006) tentaram através do seu estudo demonstrar os primeiros impactos relevantes da adoção das normas internacionais face às normas espanholas. Nesta análise a amostra considera algumas empresas cotadas e não cotadas (contas individuais), na qual as demonstrações foram preparadas com base no normativo do IASB/UE. Perramon e Amat (2006) concluíram que a aplicação das NIC por parte das empresas espanholas, influenciava os resultados, devido ao justo valor e aos novos procedimentos para contabilizar o *goodwill*. Perramon e Amat (2006) também concluíram que os

procedimentos contabilísticos permitidos pelas NIC poderiam originar diferenças a nível dos custos de capitalização, nos benefícios dos empregados e nos investimentos em associadas.

Araújo (2010), analisa o impacto das normas NIC nas empresas que integravam o PSI-20. Com base nos relatórios de contas de 2005 das empresas, Araújo (2010) testa a relevância da adoção das normas internacionais, concluindo que a mensuração das pensões de reforma, os benefícios para empregados, os ativos fixos tangíveis e intangíveis são as rubricas onde ocorreram as alterações de maior significância. Araújo refere que o Capital Próprio sofreu um impacto negativo, pese a pouca significância do mesmo.

Apesar dos estudos referidos, que analisaram os impactos da transição, não serem exaustivos permitem, contudo, inferir que os procedimentos inerentes à mudança de normativo provocaram alterações na posição financeira. Estas alterações, nuns casos podem ser qualificadas como positivas e, noutros, como negativas. Nos casos em que as alterações são negativas, porque diminuem nomeadamente o valor do capital próprio, as razões que conduziram à adoção deste referencial torna-se mais premente, isto é a identificação das motivações intrínsecas para tal opção.

3. Objetivo e Hipóteses do Estudo

*“Os estudos aperfeiçoam a natureza e são aperfeiçoados pela experiência.”
(Bacon, 2007:46).*

3.1. Objetivos Gerais

Com a publicação do Regulamento (CE) N.º 1606/2002 e posterior legislação nacional as entidades com valores mobiliários admitidos na bolsa portuguesa foram obrigadas a apresentar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com normativo IASB/UE e tiveram de optar entre este referencial e o SNC no que concerne à preparação e apresentação das demonstrações financeiras relativas às suas contas individuais.

Como se inferiu, pelos pressupostos subjacentes às diversas teorias que fundamentam opções quanto à disponibilização da informação, quer de natureza voluntária, quer obrigatória (teoria da agência, dos *stakeholders*, teoria institucional, entre outras) e pelos diversos estudos referenciados, são diversos os fatores que podem ser invocados como explicativos das decisões das administrações. Procurou-se neste estudo complementar outros de natureza semelhante quanto ao conhecimento dos fatores que poderão ser relevantes para a escolha do sistema contabilístico a aplicar nas entidades-mãe de grupos que têm os seus títulos cotados em bolsa.

Neste contexto estabeleceu-se como objetivos do presente estudo:

- 1.º Identificar as entidades que exerceram a opção pelo referencial IASB/UE no que concerne à preparação e apresentação das demonstrações financeiras relativas às suas contas individuais.
- 2.º Determinar os fatores que explicam a opção pelo referencial IASB/UE.
- 3.º Estabelecer o modelo funcional adequado (*logit*) que relacione a variável dependente e independentes consideradas como relevantes.

3.2. Hipótese de Investigação

A nossa hipótese geral de investigação considera que as tomadas de decisão das entidades, ao seu mais alto nível, são o resultado de um conjunto complexo de fatores, dificilmente considerados na sua totalidade num modelo econométrico de análise.

Na hipótese de investigação são considerados três fatores que incorporam as diversas perspetivas teóricas e que são tidos como relevantes para essa tomada de decisão:

- Fator ambiental que integra variáveis estruturais de enquadramento das entidades tais como o setor e os mercados de capitais onde negociam os seus títulos;
- Fator interno que integra aspetos intrínsecos das entidades tais como a sua dimensão, política de dividendos, sociedade de auditoria e o grau de internacionalização;
- Fator administração que incorpora variáveis relativas à administração tais como a sua remuneração, formação, experiência, etc.

Desta forma explicita-se a seguinte hipótese de investigação:

As políticas de enquadramento contabilístico das contas individuais das entidades-mãe de grupos com títulos à negociação na *Euronext Lisbon* estão associadas a fatores de natureza ambiental, interna e ao perfil da administração.

4. Metodologia

“Todo o trabalho de recolha, observação, análise, sistematização e explicação dos fenómenos obedece a uma certa orientação (perspetiva de investigação), recorre a diversos meios (métodos e técnica), e respeita determinados padrões (regras de elaboração e apresentação).” (Fernandes, 1995: 146).

4.1. Universo e Amostra

O objeto de estudo foram as entidades com títulos negociados num mercado de capitais regulamentado. O mercado de capitais português é constituído por 3 tipos de mercados: *Euronext Lisbon*¹³, *Easynext Lisbon*¹⁴ e *Alternext Lisbon*¹⁵. No entanto apenas o *Euronext Lisbon* é um mercado regulamento¹⁶ nos termos pretendidos pelo Regulamento (CE) N.º 1606/2002 e o DL n.º 158/2009, o que para efeitos deste estudo conduz *a priori*, à exclusão dos outros 2 tipos de mercados, que são considerados mercados não regulamentados (apêndice 1).

Existiam em 31 de dezembro de 2012, quarenta e nove entidades com títulos sujeitos à cotação (boletim de cotações da *Euronext Lisbon*), que no seu conjunto representam o universo em análise (apêndice 2).

Para efeito deste estudo foram excluídas sete entidades, que face à classificação do *Industry Classification Benchmark*¹⁷ (ICB) pertencem ao setor financeiro e enquadram-se no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), um plano contabilístico adaptado às necessidades deste setor.

¹³ “*Euronext Lisbon* é o nome da empresa que resultou da integração da BVLP no grupo *Euronext*, que congrega ainda as empresas que gerem as bolsas de Paris, Amesterdão e Bruxelas e a bolsa de derivados Liffe.” (CMVM, 2004: 45).

¹⁴ É um mercado não regulamentado, destinado à negociação de produtos estruturados, o que visa proporcionar às empresas emitentes uma maior facilidade e celeridades na admissão à negociação dos seus produtos (CMVM, 2004).

¹⁵ É um mercado regulamentado vocacionado para as pequenas e médias empresas (CMVM, 2004).

¹⁶ “*Mercados regulamentados são aqueles que funcionam regularmente e cumprem requisitos exigentes ao nível da prestação de informação (sobre os emitentes dos valores admitidos e sobre as operações efetuadas), da admissão dos membros do mercado e dos valores mobiliários e do respetivo funcionamento, sendo como tal autorizados pelo Ministro das Finanças, ouvida a CMVM.*” (CMVM, 2004: 37)

¹⁷ A ICB é uma taxonomia de classificação de setores. É utilizada para distinguir os mercados em setores dentro da macroeconomia, permitindo aos investidores comparar as tendências de um determinado setor. A estrutura do código e a definição de cada setor encontra-se disponível em URL: http://www.icbenchmark.com/Site/ICB_Structure.

Pela mesma ordem de razão não se considerou EDP Renováveis, que utiliza nas suas contas individuais, as normas contabilísticas espanholas, uma vez que a sua sede é em Espanha.

Também foi excluído uma Sociedade Anónima Desportiva (SAD), S.C. de Portugal - Futebol SAD pelo facto dos dados disponíveis não apresentarem toda a informação necessária. Das empresas excluídas 6 integram o índice PSI-20.

A identificação das entidades excluídas consta no apêndice 3.

Deste modo a amostra é constituída pelas 40 entidades abaixo indicadas, que representam cerca de 82% do universo.

Tabela n.º 4.1 – Entidades incluídas na amostra

ICB Indústria	Nome	Pertence ao PSI-20
0001 – Petróleo e Gás	Galp Energia SGPS, S.A.	Sim
1000- Materiais Básicos	F.Ramada – Investimentos, SGPS, S.A.	Não
	Inapa – Investimentos Participações e Gestão, S.A.	Não
	Portucel – Empresa Produtara de Pasta e Papel, S.A.	Sim
	Semapa – Soc. Investimento e Gestão, S.G.P.S.	Sim
2000 – Bens Industriais	Altri, SGPS, S.A.	Sim
	Brisa – Auto-Estradas de Portugal, S.A.	Não
	Cimpor Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	Não
	Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	Não
	Imobiliária Construção Grão-Pará, S.A.	Não
	Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A.	Não
	Martifer, SGPS, S.A.	Não
	Mota-Engil, SGPS, S.A.	Sim
	Sociedade Comercial Orey Antunes	Não
	Sonae Industria, SGPS, S.A.	Sim
	Teixeira Duarte, S.A.	Não
	Toyota Caetano Portugal, S.A.	Não
3000- Bens de Consumo	Corticeira Amorim, SGPS, S.A.	Não
	SUMOL+COMPAL, SGPS, S.A.	Não
	VAA – Vista Alegre Atlântis, SGPS, S.A.	Não
5000 – Serviços ao Consumidor	Cofina SGPS, S.A.	Sim
	Estoril Sol, SGPS, S.A.	Não
	Futebol Clube do Porto – Futebol SAD	Não
	Grupo Media Capital, SGPS, S.A.	Não
	Ibersol, SGPS, S.A.	Não
	Impresa – SGPS, S.A.	Não
	Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Sim
	SAG Gest – Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A.	Não
	Sonae, SGPS, S.A.	Sim
	Sport Lisboa e Benfica – Futebol, SAD	Não
	Zon Multimédia, SGPS, S.A.	Sim

ICB Indústria	Nome	Pertence ao PSI-20
6000 – Telecomunicações	Portugal Telecom, SGPS, S.A.	Sim
	SONAE.COM, SGPS, S.A.	Sim
7000 – Utilities	EDP – Energias de Portugal, S.A.	Sim
	REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sim
8000 - Financeiro	Sonae Capital – SGPS, S.A.	Não
9000 – Tecnologia	Compta – Equip. e Serviços Informática, S.A.	Não
	Glintt – Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.	Não
	Novabase, SGPS, S.A.	Não
	Reditus, SGPS, S.A.	Não

Fonte: elaboração própria

A amostra é dirigida (não aleatória), assim existe uma menor probabilidade de os elementos escolhidos serem de facto representativos da população, pois não foram escolhidos aleatoriamente. Consideramos no entanto que devida a elevada representação da amostra face ao universo e ao objetivo do estudo, as conclusões poderão ser generalizadas no contexto das entidades com valores cotados na bolsa de Lisboa.

O espaço temporal adjacente à amostra está compreendido entre 01/01/2005 e 31/12/2012, o que corresponde a uma amostra não balanceada, dado que, algumas entidades começaram a negociar os títulos na *Euronext Lisbon* em datas posteriores a 2005. É o caso da Galp em 2006, em 2007 da Martifer, do Benfica, da Ren, da Zon e em 2008 da F. Ramada e da Sonae Capital.

4.2. Recolha e Tratamento de Dados

A recolha e tratamento de dados desenvolveu-se em duas fases. Na primeira fase identificaram-se as empresas que integram a amostra e posteriormente através dos Relatórios e Contas destas entidades (contas consolidadas do grupo), retirados da página de *internet* da CMVM, procedeu-se à recolha dos dados relevantes para o período em análise.

Considerou-se as contas consolidadas e não as contas da entidade-mãe por se admitir serem aquelas que melhor espelham a imagem pública do grupo, pelo que as opções das entidades mãe deverão ser influenciadas por essa imagem corporativa, em detrimento da imagem individual.

Com base na nota do anexo relativa às bases de apresentação das demonstrações financeiras foi possível averiguar se as entidades exerceram, ou não, a opção referida, a opção pelas NIC.

A recolha de dados foi realizada com base numa grelha de observações. Os vários indicadores financeiros foram obtidos através das demonstrações financeiras e os dados relativos à caracterização da administração e do CEO recolhidos nos relatórios de governo das sociedades. As informações referentes ao mercado de capitais foram obtidas através do sítio www.bolsapt.com.

Os dados da amostra têm uma estrutura em painel na medida em que combinam dados seccionais (empresas), $i=1$ a 40 e temporais (anos de observação), $t=2005$ a 2012 atribuindo-se um índice duplo a cada variável, que de acordo com o ponto anteriormente citado (*vide* 4.1), permite um total de 305 observações (painel não balanceado ou dados em painel).

Os dados em painel permitem analisar as alterações das variáveis no espaço e no tempo, ou seja, uma análise multivariada, com o intuito de aferir se estas podem explicar a opção contabilística. Para tal foi utilizado o modelo *Logit* com dados em painel, que foram tratados através dos *softwares* estatísticos *Data Analysis and Statistical Software* (STATA V. 11) e *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS V. 21).

4.3. Variáveis (Dependente e Independentes)

Após a delineação da hipótese de investigação foram definidas variáveis de natureza ambiental, internas e relativas à administração/CEO que potencialmente podem explicar a variável dependente.

Na revisão de literatura apenas se encontraram dois estudos com objetivos semelhantes, mas com objeto e metodologia distintas pelo que, para efeitos de comparabilidade, iremos utilizar o trabalho que mais se aproxima do objetivo desta investigação.

A escolha das variáveis independentes foi influenciada, quer pela teoria, quer pelos estudos empíricos anteriormente referenciados e por análises exploratórias que nos permitem fundamentar as nossas opções.

De seguida procede-se à descrição das variáveis do estudo.

4.3.1. Variável dependente

A variável dependente é a variável cujo comportamento se pretende-se explicar como dependente de um conjunto de outras variáveis, que são consideradas as variáveis independentes (explicativas). No caso em apreço pretende-se analisar fatores explicativos das opções contabilísticas (variável dependente).

Opção Contabilística (Op_Cont) é uma variável dicotómica, isto é, uma variável que só pode corresponder a dois resultados finais (0;1). A opção pelo normativo internacional (IASB/UE) assume o valor um e a opção pelo normativo nacional (POC/SNC) valor zero.

4.3.2. Variáveis independentes

As variáveis independentes são as variáveis potencialmente explicativas da hipótese delineada anteriormente e foram agrupadas em fatores a que se associa natureza diversa.

4.3.2.1. Fatores internos

Considera-se como fatores internos característica das entidades que contribuem para a sua visibilidade externa e são fatores de avaliação pelos investidores. Uma entidade pode ser classificada em função da sua dimensão, orientação de mercado, política de dividendos, rácios de endividamento ou rentabilidade, entre muito outros aspetos. Seleciona-se um conjunto de variáveis que fruto de análise exploratória comprovaram ter algum poder explicativo para a variável dependente.

Inclui-se no modelo as seguintes variáveis de carácter interno:

Valor contabilístico (*bvalue*) representa valor do capital próprio. Teoricamente, o valor contabilístico corresponderia ao valor que seria realizado (se a firma fosse fechada), com os seus ativos vendidos ou realizados e os seus passivos pagos, sendo que o remanescente seria o valor contabilístico. O valor contabilístico de uma entidade sinaliza a sua robustez e dele deduz-se diversos rácios financeiros relevantes para a análise. A relação esperada é

que empresas com maior património adotem políticas mais conservadoras o que, aplicado ao tema em questão, se manifeste pela manutenção do normativo nacional. É uma variável exploratória. Sinal esperado (-).

Payratio (payratio) é um rácio obtido entre os dividendos e os resultados por ação.

$\frac{\text{Dividendo por ação}}{\text{Resultado por ação}}$. Evidencia a política de dividendos das entidades. Esta variável tem natureza exploratória neste tipo de estudo e espera-se que entidades com políticas de dividendos mais expansivos tendam a ser mais prudentes e conservadores na divulgação de informação. Entende-se que uma opção por dividendos, que privilegia os interesses de curto prazo nas relações entre as entidades e os seus investidores, poderá contudo comprometer o desenvolvimento futuro dessas entidades. Nessa medida espera-se uma relação negativa entre uma política expansiva de dividendos e uma opção contabilística que envolva maior divulgação de informação. Sinal esperado (-).

Auditoria (audit), a alteração de normativo, têm sempre implícito um conjunto de mensurações e políticas contabilísticas que sofrem alterações, o que conduz a uma maior incerteza para os utentes da informação financeira. Entende-se que as empresas multinacionais de auditoria, denominadas de *Big Four*, serão mais exigentes com as empresas-clientes no que diz respeito à divulgação completa de informação. Valor esperado (+). Referências: Gandia e Andres (2005), Gonçalves e Fernandes (2011a, 2001b).

Mercado Externo (Mercext), valor referente ao volume de negócios com clientes fora de território nacional. Este fator indica a relação que a empresa têm com mercados estrangeiros, fator que cria maior exposição pública e que pode levar à criação de mecanismos que sirva as necessidade de informação aos vários *stakeholders* pelo que é esperada a utilização do normativo internacional como elemento complementar dessa internacionalização. Sinal esperado (+). Referências: Cooke (1989), Gonçalves e Fernandes (2011a, 2001b).

4.3.2.2. Fatores ambientais

Considera-se como fatores ambientais os contextos em que as entidades se integram e que segundo a teoria institucional podem conduzir a comportamentos semelhantes para

entidades que partilhem condições análogas. Elegemos como variáveis ambientais o setor de atividade e o mercado de capitais.

Setor (sector), representa a atividade principal da entidade. Tratando-se de grupos económicos esta identificação nem sempre é fácil pelo que a classificação apresentada teve como base o ICB, que corresponde à classificação setorial atribuída no mercado de capitais em que a entidade está registada. O fator setor, como referido, pode indicar a tendência de um determinado conjunto de empresas face ao normativo “ideal” para esse setor. Sinal esperado (+/-). Referências: Suchman (1995), Watts e Zimmerman (1990).

Como variáveis de mercado de capitais consideramos o facto de as entidades integrarem o índice PSI-20 e o de serem cotadas em mais de um mercado.

Portuguese Stock Index - 20 (PSI-20), *dummy* que assume o valor dicotómico (0;1), sendo um quando a entidade integra o PSI-20. Na linha dos argumentos anteriormente apresentados é esperado que estas entidades, face à sua maior visibilidade tenham uma atitude mais liberal na divulgação de informação, reservando-se, quando lhes é permitido, à divulgação de informação que evidencie os seus pontos fortes. É uma variável exploratória. Sinal esperado (+)

Cotada em diversos mercados (multi_cot), *dummy* que assume o valor dicotómico (0;1), sendo que é um (1) quando está cotada em mais do que um mercado e zero (0) se apenas é cotada no mercado nacional. À semelhança das entidades internacionalizadas espera-se que estas entidades sujeitas a um escrutínio mais diversificado e exigente estejam mais disponíveis para gerir os custos políticos e de agência divulgando informação que satisfaça as exigências dos diversos *stakeholders*. É variável exploratória dado que nos estudos anteriormente citados não conste nenhuma referência ao facto das entidades estarem cotadas em diversos mercados. Sinal esperado (+).

4.3.2.3. Fatores relativos à administração/CEO

Foram recolhidos diversos dados sobre os gestores que assumem a liderança das entidades. Assume-se que as opções de enquadramento contabilístico têm natureza estratégica, na linha dos argumentos teóricos apresentados. Nesse sentido, recolheu-se algumas variáveis

caracterizadoras do perfil do gestor (formação académica, instituição de formação, interesse no capital da entidade, experiência profissional e remuneração).

Após uma análise exploratória confirmamos que algumas destas variáveis apresentavam relações com as decisões em análise, contudo apenas a remuneração se apresenta como variável estatisticamente significativa.

Remuneração fixa da administração (remun_fixa), valor fixo que o conselho de administração auferiu durante um determinado ano. Este fator tende a ser maior quando há um conjunto de pressupostos que são cumpridos, nomeadamente um melhor resultado por parte da empresa. Sinal esperado (+). Referências: Eisenhardt (1988).

4.4. Especificação do Modelo

Como anteriormente citado, este estudo pretende analisar os fatores de carácter ambiental internos e correspondentes ao perfil da administração/CEO que explicam a opção das empresas-mãe entre o normativo IASB/UE ou SNC. Face à dicotomia da variável dependente e à continuidade das variáveis independentes, deve-se optar por um modelo de regressão multivariada, que nesta investigação corresponde ao modelo *logit*.

Segundo Pindyck e Rubinfeld (2004), o modelo *logit* é definido como um modelo econométrico de seleção qualitativa, uma vez que gera respostas de procedimentos qualitativos do tipo presença ou ausência de um determinado atributo.

Em modelos com variáveis contínuas relacionadas a atributos, os quais servem como variáveis explicativas, é necessário estimar um modelo *logit* no qual apenas uma alternativa esteja associada a cada conjunto de valores assumidos pelas variáveis independentes, ou seja, com observações individuais. Assim, este modelo segue uma distribuição binomial, o que implica o uso do método da máxima verosimilhança, em detrimento do método mínimo dos quadrados, ou seja, consiste em estimar os valores para parâmetros desconhecidos, que maximizam a probabilidade de ter um conjunto de dados observados.

Por meio da obtenção dos coeficientes das variáveis explicativas, pode-se perceber o impacto dessas na variação do logaritmo da probabilidade da variável dependente, aqui compreendida como opção pelo normativo internacional ou normativo nacional.

Os dados em painel podem fornecer dois tipos de modelos estatísticos: o modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios. No modelo de efeitos fixos, as variáveis variam no espaço mas permanecem constantes ao longo do tempo. Nesse caso, não há efeitos temporais influenciando a regressão, mas apenas individuais. Estes efeitos podem ser observáveis, ou não, e estão normalmente correlacionados com os regressores, ou seja, são endógenos (Baltagi, 2013).

No modelo de efeitos aleatórios, os estimadores captam o efeito aleatório individual não observável e o efeito do tempo. Face a esta situação é preciso criar um modelo de análise que seja o ponto de partida para os testes estatísticos, que serão efetuados, que consequentemente explicarão estatisticamente o modelo analisado. A hipótese do modelo de regressão multivariada é a seguinte:

$$(1) \quad Op_{cont_{it}} = \beta_0 + \beta_1 sector_{it1} + \beta_2 multi_cot_{it2} + \beta_3 psi20_{it3} + \beta_4 audit_{it4} \\ + \beta_5 payratio_{it5} + \beta_6 Remun_{fixa_{it6}} + \beta_7 bvalue_{it7} + u_{it}$$

Face à existência de dois tipos de modelos estatísticos, de efeitos fixos e de efeitos aleatórios, torna-se imperativo averiguar a consistência dos dois modelos. Assim é preciso efetuar o teste Hausman (1978), que testa a ortogonalidade entre os efeitos aleatórios e regressores, e assim possibilita a escolha entre um ou outro modelo. O teste Hausman (2008), apresenta as seguintes hipóteses:

H₀: $Cov(a_i, X_{it}) = 0$ (Efeitos aleatórios)

H₁: $Cov(a^i, X_{it}) \neq 0$ (Efeitos fixos)

Se $H > \chi_k^2$, deve-se rejeitar o modelo de efeitos aleatórios. Caso a hipótese nula não seja rejeitada, o modelo de efeitos aleatórios deve ser considerado o modelo que melhor explica a relação.

Figura n.º 4.1 – Teste Hausman

	Coefficients		(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
	(b) fe	(B) re		
multi_cot	30.73992	3.467835	27.27208	1820.5
psi20	-.7722608	-2.591326	1.819065	.
audit	3.669662	2.854097	.8155659	1.470385
mercext	.0093558	.0041083	.0052475	.0101233
payratio	-4.161085	-1.285168	-2.875918	2.082269
Remun_fixa	4.087629	2.326642	1.760987	1.159277
bvalue	-1.719307	-1.545767	-.17354	.6019307

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtlogit
 B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtlogit

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

chi2(6) = (b-B)' [(V_b-V_B)^(-1)] (b-B)
 = 3.92
 Prob>chi2 = 0.6876
 (V_b-V_B is not positive definite)

Fonte: elaboração própria (output STATA)

Assim, constata-se que o modelo de efeitos aleatórios é o modelo mais adequado, dado que o teste de Hausman ($\chi^2(6) = 3.92$; $p\text{-value} = 0.6876$), demonstra que a hipótese nula de ortogonalidade dos efeitos individuais não pode ser rejeitada, indicando a escolha do modelo de efeitos aleatórios em detrimento de efeitos fixos.

5. Resultados

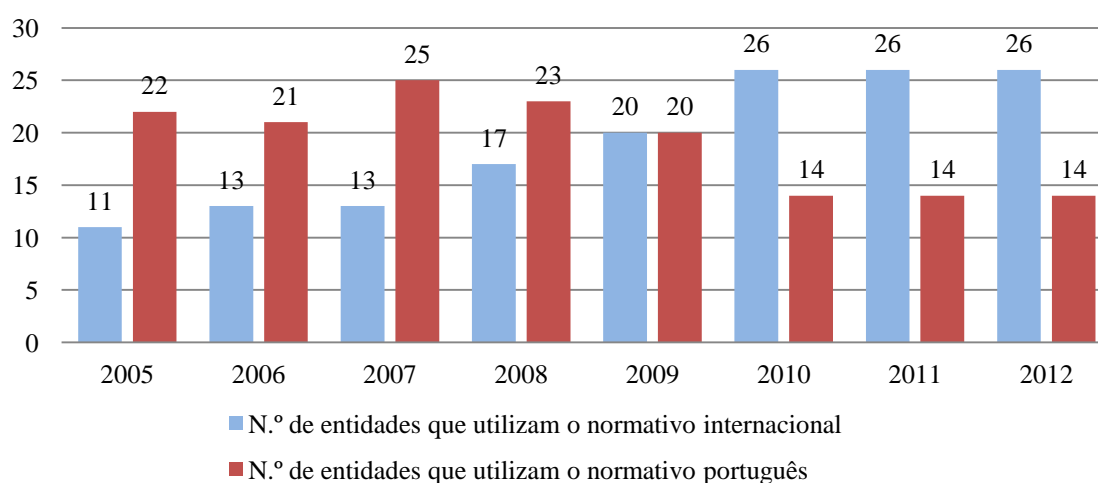
“Bons pensamentos e ações nunca podem produzir resultados maus, maus pensamentos e ações nunca podem produzir bons resultados” (Allen, 2012: 9).

5.1. Caracterização da Amostra

Conforme se referiu a amostra é constituída por 40 entidades, observadas ao longo de 8 anos. Com base na nota do anexo relativa às bases de apresentação das demonstrações financeiras foi possível averiguar se as entidades exerceram, ou não, a opção referida. Em 2012, 65% das entidades adotaram as normas internacionais.

Conforme se pode verificar (apêndice 4) a opção pelas NIC teve um aumento progressivo no período em análise, com um incremento significativo (mais 6 entidades) no ano de 2010. Este acréscimo pode ser justificado pela entrada em vigor do SNC cuja implementação acarretaria encargos significativos. Face à necessidade de incorrer em custos de transição de normativo, admite-se que a opção pelas normas internacionais, não significaria um acréscimo significativo desses encargos. Por outro lado, tal pode dever-se à hipótese defendida por Gonçalves e Fernandes (2011a, 2011b), que o “travão” fiscal poderia estar a condicionar a opção pelas NIC.

Figura n.º 5.1 – Adoção do normativo internacional *versus* normativo nacional



Fonte: elaboração própria

Como já se referiu nem todas as entidades iniciaram a negociação em bolsa no mesmo ano pelo que o número de empresas varia nos três primeiros anos.

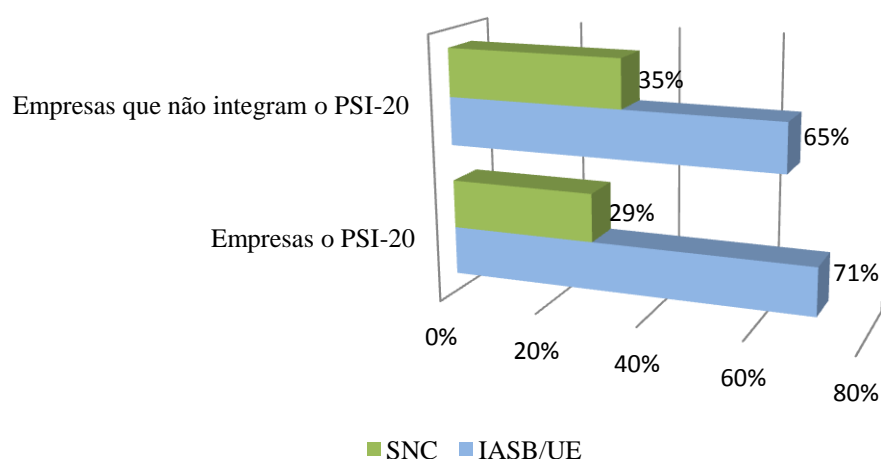
A seguir apresenta-se uma análise das diversas características da amostra consideradas no nosso estudo. Agrupamos essas características em dois grupos: os de natureza qualitativa e quantitativa.

5.1.1. Características qualitativas

5.1.1.1. PSI-20

A amostra integra 14 entidades do PSI-20. O PSI-20 é o principal índice da *Euronext Lisbon*, ou seja, é o índice de referência do mercado de capitais português. Este índice é composto pelas ações das 20 maiores entidades cotadas na *Euronext Lisbon*. Este índice representa a evolução dos preços das ações das entidades que compõe esse índice, ou seja corresponde às ações de maior liquidez no mercado português. A figura seguinte evidencia a opção pelo destas entidades pelo normativo IASB/UE.

Figura n.º 5.2 – Adoção do normativo IASB/UE



Fonte: elaboração própria

Uma análise da relação estatística (teste qui-quadrado) entre a independência entre pertença ao PSI-20 e a opção pelo normativo IASB/UE não revelou uma relação significativa ($\chi^2 = 2,496$, $p\text{-value} = 0,114$, apêndice 5).

5.1.1.2. Cotadas em diversos mercados

Diversas entidades da amostra, muito possivelmente por opções de estratégia financeira, optaram por estar cotadas em diversos mercados de vários países. Esta escolha permite aproximar-se de mercados mais atrativos e atrair novos *shareholders*.

Na amostra em análise, 58% das entidades estão cotadas noutros mercados (apêndice 6). Como é possível verificar na tabela seguinte a opção das empresas que têm valores cotados em diversos mercados foi pelo normativo internacional.

Tabela n.º 5.1 – Opção contabilística das entidades com títulos cotados em diversos mercados

Cotada em diversos mercados	Normativo que adotou	
Sim – 22 Entidades	POC/SNC – 5 Entidades	23 %
	IASB/UE – 18 Entidades	77 %
Não – 18 Entidades	POC/SNC – 8 Entidades	44 %
	IASB/UE – 9 Entidades	56%

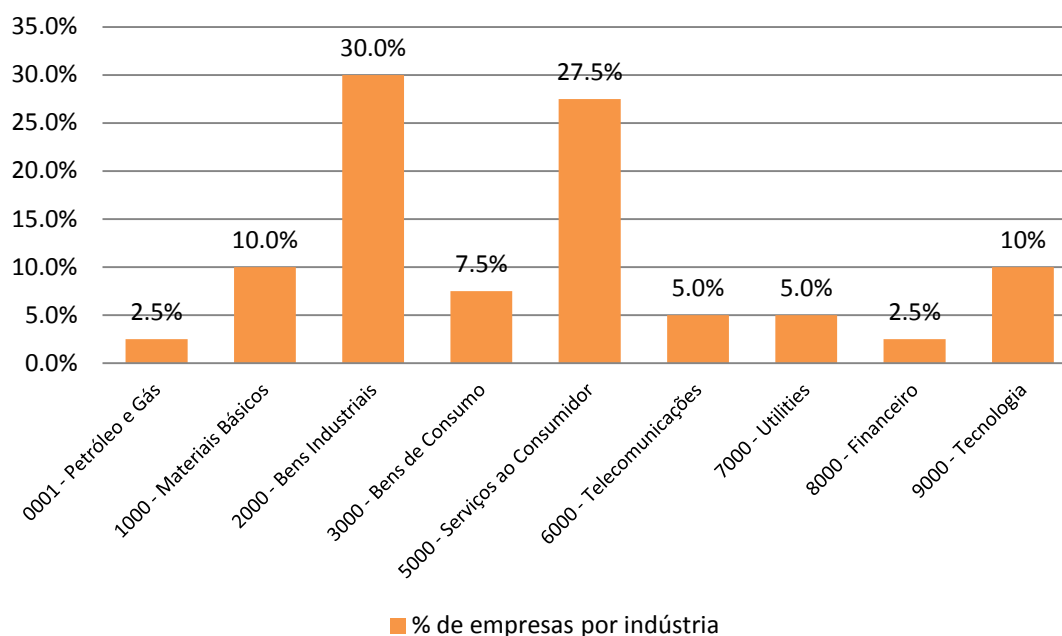
Fonte: elaboração própria

Constata-se que as entidades cotadas em diversos mercados tendem adotar as normas IASB/UE com o intuito de responder às necessidades dos diversos *stakeholders* dos diversos mercados onde estão cotadas. Analisada a independência entre as duas variáveis confirma-se existir uma relação significativa ($\chi^2 = 22,785$, $p\text{-value} < 0,001$, apêndice 7). A intensidade desta associação testada pela estatística V de Cramer (apêndice 7), apesar de significativa ($p\text{-value} < 0,001$) é fraca (0,273).

5.1.1.3. Setor

As entidades repartem-se por diversos setores de atividade sendo os predominantes os setores dos bens industriais e serviços ao consumidor que no conjunto totalizam 57,5% da amostra. Há setores que têm uma presença residual como petróleo e gás e financeiro que apenas estão representados por uma entidade. É possível verificar estes dados através da figura 5.3:

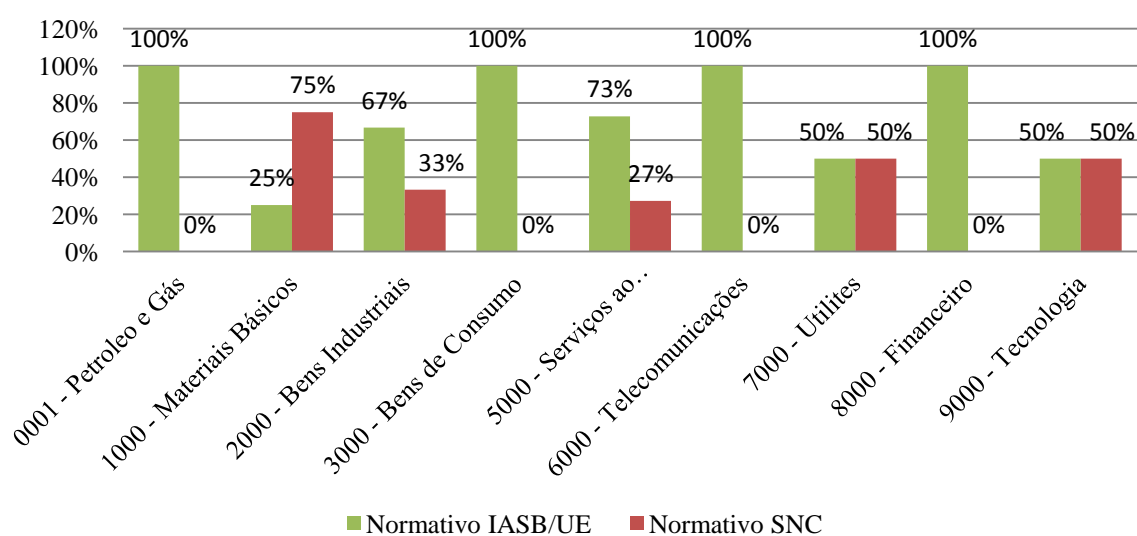
Figura n.º 5.3 – Entidades por setor (%)



Fonte: elaboração própria

Apesar de em 2012 a grande maioria das empresas já ter adotado as normas IASB/UE, existem setores em que essa adoção é menos significativa com especial enfoque no setor dos Materiais Básicos em que o nível de adoção foi de 25%. Este resultado parece dar argumentos à teoria institucional quanto ao comportamento relativamente homogêneo de empresas com características comuns como se pode verificar na figura seguinte.

Figura n.º 5.4 - A tendência normativa por setor



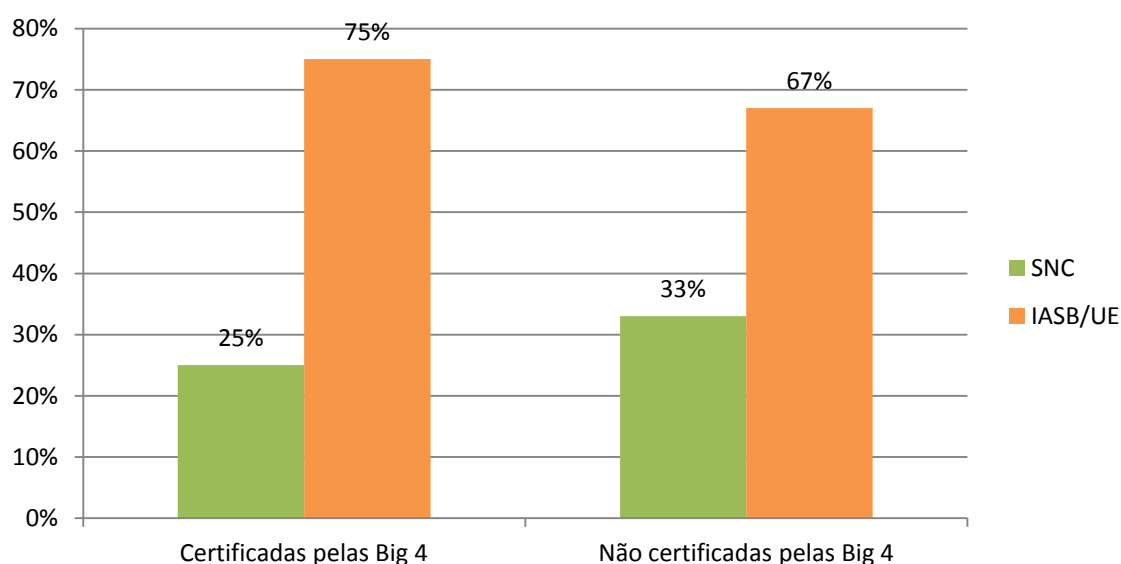
Fonte: elaboração própria

Analisada a independência entre as duas variáveis confirma-se existir uma relação significativa ($\chi^2 = 50,065$, $p\text{-value} < 0,001$, apêndice 8). A intensidade moderada (0.405) desta associação verifica-se através do teste estatístico V de Cramer ($p\text{-value} < 0,001$, apêndice 8).

5.1.1.4. Auditoria

No que se refere a esta variável constata-se que 70% (28 entidades) das empresas contidas na amostra são certificadas por uma das *Big Four* o que indica que as empresas cotadas em bolsa tendem preferencialmente a certificarem as contas pelas empresas de auditoria com experiência multinacional, como se verifica na figura seguinte:

Figura n.º 5.5 – Certificação legal de contas pelas *Big Four*



Fonte: elaboração própria

Verifica-se que as empresas que são certificadas pelas *Big Four* tendem adotar as normas IASB/UE, o que vai ao encontro da análise esperada. Analisada a independência entre as duas variáveis confirma-se existir uma relação significativa ($\chi^2 = 26,763$, $p\text{-value} < 0,001$, apêndice 9). A intensidade desta associação testada pela estatística V de Cramer (apêndice 9), apesar de significativa ($p\text{-value} < 0,001$) é fraca (0,297).

5.1.2. Características quantitativas

Foram utilizadas diversas variáveis quantitativas sobre as quais se apresenta uma breve análise. Incluiu-se no também no estudo a análise da relação bivariada entre estas características e a opção pelo normativo internacional.

No sentido de determinar quais as estatísticas adequadas para determinar aquela relação, testou-se a normalidade da distribuição das variáveis (teste Kolmogorov – Sminorv) constatando-se que, para um nível de significância de 5%, poder rejeitar a hipótese de normalidade da distribuição. Contudo apesar de não se confirmar a distribuição normal das variáveis, e considerando estarmos perante uma amostra de grande dimensão ($n > 30$), optou-se por utilizar o teste t de *student* (apêndice 10) para diferenças de médias entre as subamostras. Na leitura da estatística foi considerada se as amostras tinham ou não variâncias homogêneas (teste Levene para a igualdade das variâncias, apêndice 11). A tabela 5.4 indica as estatísticas descritivas referentes às características quantitativas.

Tabela n.º 5.2 – Estatísticas descritivas

	N	Mean	Minimum	Maximum	Std. Deviation
Merc. Ext (10^6 €)	305	655,8332	,00	7884,48	1267,40126
Bvalue (10^6 €)	305	2,3002	-1,26	15,54	2,50212
Payratio	305	,3427	-2,38	11,66	,97765
Remun_fixa (10^6 €)	302	1,7172	,11	8,36	1,39191

Fonte: elaboração própria

5.1.2.1. Mercado externo

Esta variável pretende determinar em que medida as entidades direcionam os seus negócios para o mercado externo. O mercado externo corresponde ao volume de negócios que uma empresa realiza com outros países. Considera-se que as empresas maioritariamente exportadoras têm que satisfazer as necessidades de um leque mais amplo de *stakeholders*, pelo que é necessário manter políticas adaptadas aos ambientes económicos onde operam, assim tendem a adotar normas com maiores níveis de divulgação.

Ao analisarmos a amostra, constatamos que 33% do volume de negócios das empresas corresponde à exportação, ou seja traduz as inter-relações das entidades com o exterior,

sendo que em 13 dessas entidades 50 ou mais por cento do seu volume de negócios é dirigido à exportação, como se constata na tabela seguinte.

Tabela n.º 5.3 – Entidades exportadoras e o normativo adotado

% do Merc. Externo no Vol. Negocios	Normativo Utilizado
Empresa “Exportadora” – Mais de 50% do volume de negócios é exportado – 13 Entidades	SNC – 4 Entidades – 31%
	IASB/UE – 9 Entidades – 69%
Empresa Não “Exportadora” – Menos de 50% do volume de negócios é exportado – 27 Entidades	SNC – 9 Entidades – 33%
	IASB/UE – 16 Entidades – 67%

Fonte: elaboração própria

Analisada a relevância da natureza exportadora das entidades e a sua relação com a opção normativa contabilística constata-se haver uma relação estatisticamente significativa (*t de student* = -3,839; *p-value* < 0,001, amostras de variância não homogénea, apêndice 11) entre estas duas variáveis, confirmando esta relação. Verifica-se que as empresas mais exportadoras tendem a optar pelo normativo internacional.

5.1.2.2. Valor contabilístico (*bvalue*)

O valor contabilístico representa a diferença entre ativos e passivos totais (ou o valor contabilístico de uma ação). O *bvalue* é também, para além do valor de mercado um elemento de avaliação das entidades. Na tabela seguinte constata-se as opções normativas das entidades, conforme se situam acima ou a baixo do valor médio contabilístico para amostra (tabela n.º 5.2).

Tabela n.º 5.4 – Valor contabilístico e o normativo adotado

Valor Contabilístico	Normativo que adotou	
Acima da média – 13 entidades	POC/SNC – 6 Entidades	46 %
	IASB/UE – 7 Entidades	54 %
Abaixo da média – 27 entidades	POC/SNC – 7 Entidades	26 %
	IASB/UE – 20 Entidades	74%

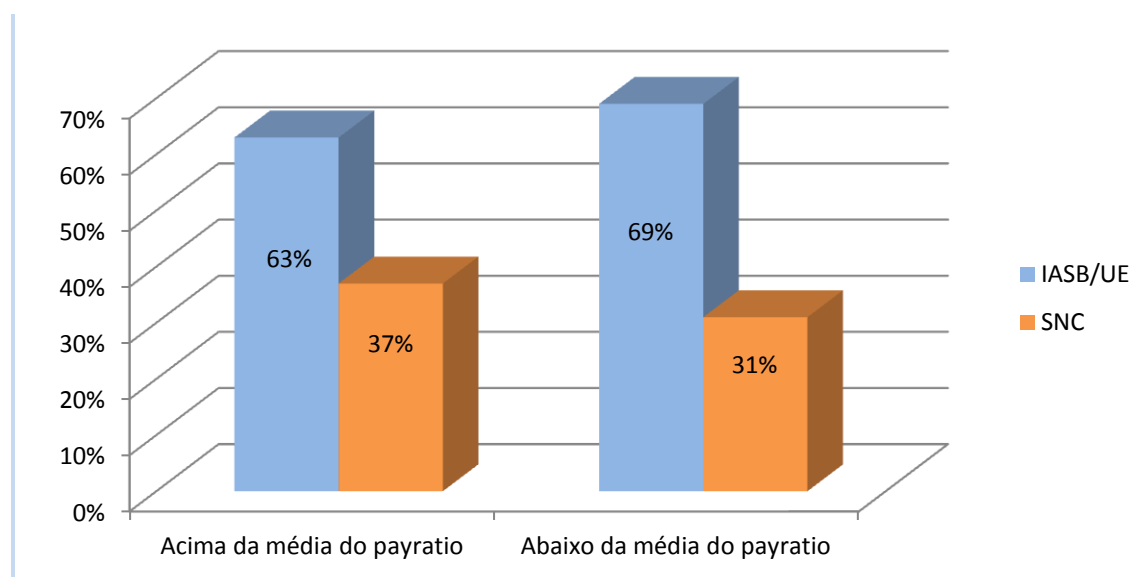
Fonte: elaboração própria

Constata-se que há uma tendência para as empresas adotarem o normativo POC/SNC quando apresentam um *bvalue* acima da média, confirmando-se na análise bivariada que este fator é estatisticamente significativo (*t de student* = 3.607; *p-value* < 0.001 para amostras de variâncias não homogéneas, apêndice 11).

5.1.2.3. Payratio

O *payratio* corresponde à proporção que a empresa está disposta a pagar de dividendos em função dos resultados por ação, isto é, uma proporção muito baixa de pagamento indica que a empresa está focada principalmente em reter os seus lucros em vez de pagar dividendos.

Figura n.º 5.6 - Relação *payratio* com opção normativa



Fonte: elaboração própria

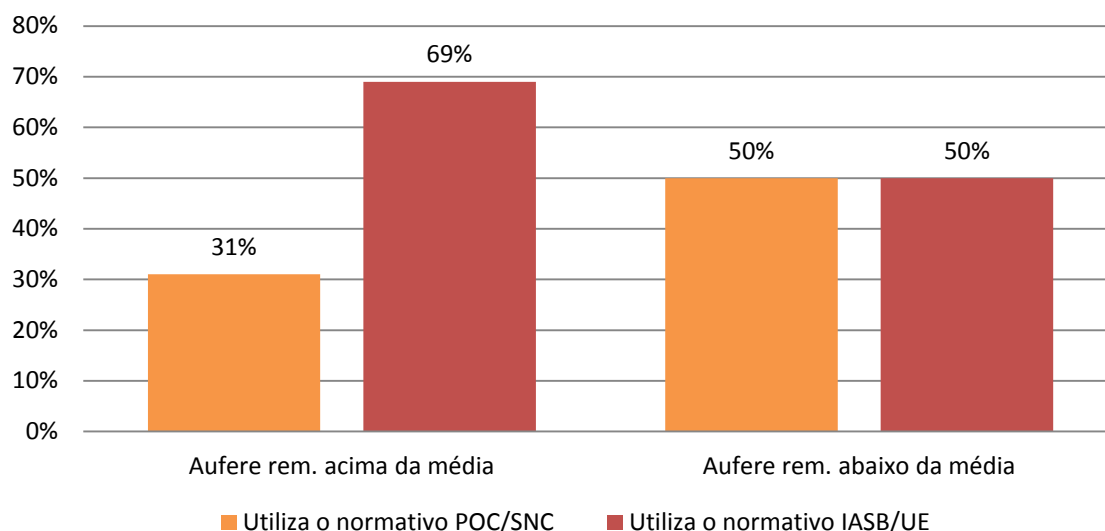
Através do gráfico é possível verificar que as entidades que apresentam um *payratio* acima da média (tabela n.º 5.2), tendem adotar o normativo SNC contrariamente à opção das entidades que apresentam um *payratio* abaixo da média. Contudo este fator não explica a opção das entidades pelo normativo IASB/UE (t de student = 0,1,570, p -value = 0,119, apêndice 11).

5.1.2.4. Remuneração fixa da administração

Assumindo a média calculada na tabela n.º 5.2, podemos constatar que 40% da administração das entidades auferem um rendimento superior à média. O valor auferido pela administração poderá ser considerado um incentivo para práticas de gestão em consonância

com os interesses dos acionistas em deter informação mais completa. Apresentamos uma figura que ilustra a relação entre a remuneração fixa auferida e o tipo de normativo.

Figura n.º 5.7 – Remuneração fixa auferida e o tipo de normativo adotado



Fonte: elaboração própria

Confirma-se que os administradores com remunerações mais altas gerem empresas que optam maioritariamente pelo normativo internacional. Essa relação tem confirmação estatística (t student = -2,484; p -value < 0,05 para variâncias homogêneas).

5.2.2. Análise do modelo com dados em painel

O modelo *logit* ou modelo de regressão logística, exprime-se através de um conjunto de variáveis contínuas num determinado tempo e representa uma determinada resposta com duas determinações possíveis. No modelo delineado, testou-se um conjunto de fatores de natureza ambiental, internos e relativos à administração/CEO. O modelo *logit* para dados em painel e efeitos aleatórios, apresentou um bom ajustamento global (teste de Wald ou *likelihood-ratio* teste ($\chi^2 = 20,16$; p -value < 0,05, ver apêndice 11). O resultado do modelo *logit* é demonstrado na figura seguinte.

Figura n.º 5.8 – Resultado do modelo *logit* com dados em painel

```

Random-effects logistic regression      Number of obs      =      300
Group variable: n                     Number of groups   =       40

Random effects u_i ~ Gaussian          Obs per group: min =        4
                                      avg  =       7.5
                                      max  =        8

Log likelihood = -97.144947            LR chi2(8)         =      72.69
                                      Prob > chi2         =      0.0000

```

op_cont	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
sector	1.588773	.6029927	2.63	0.008	.4069285	2.770616
multi_cot	3.467835	2.060323	1.68	0.092	-.570323	7.505994
psi20	-2.591326	1.368338	-1.89	0.058	-5.27322	.0905676
audit	2.854097	1.183951	2.41	0.016	.5335961	5.174597
mercext	.0041083	.0015949	2.58	0.010	.0009824	.0072342
payratio	-1.285168	.6468343	-1.99	0.047	-2.55294	-.0173958
Remun_fixa	2.326642	.7673905	3.03	0.002	.8225845	3.8307
bvalue	-1.545767	.569733	-2.71	0.007	-2.662423	-.4291109
_cons	-11.19672	3.704074	-3.02	0.003	-18.45657	-3.936866
/lnsig2u	4.06916	.5556507			2.980104	5.158215
sigma_u	7.649038	2.125096			4.437327	13.18536
rho	.9467639	.0280059			.8568361	.9814283

Likelihood-ratio test of rho=0: chibar2(01) = 125.34 Prob >= chibar2 = 0.000

Fonte: elaboração própria (*output* STATA)

Constata-se que os vários fatores explicam o modelo para um nível de significância de 5%. Se considerarmos um nível de significância menos exigente ($p\text{-value} < 0,1$) todas as variáveis tem algum tipo de relação com a variável independente.

Podemos deduzir que os fatores enunciados na hipótese influenciam a decisão da gestão quanto às opções do sistema contabilístico.

Quanto ao fator ambiental verifica-se que o setor e o mercado de capitais são variáveis explicativas (as variáveis de mercado para um $p\text{-value} < 0,1$).

Confirma-se que à luz da teoria institucional que o ambiente organizacional onde a empresa está inserida leva a adotar as práticas e procedimentos condizentes com esse meio.

Empresas do mesmo setor estão em regra, sujeitas ao mesmo tipo de regulamentação, subordinam-se às mesmas contingências e disputam mercados. É natural que muitos dos seus comportamentos sejam semelhantes, pautados pelos comportamentos das empresas líderes. De acordo com Watts e Zimmerman (1990) empresas do mesmo setor tenderão

adotar práticas de divulgação que entendem ser as mais adequadas para a especificação desse setor.

Constata-se neste caso que o setor determina positivamente a probabilidade das empresas optarem pelas normas internacionais. Excluindo os setores de *utilities* e tecnologia onde não se verifica uma clara tendência de opção, nos restantes setores (com exceção do setor materiais básicos) existe um comportamento maioritário no sentido da adoção das normas IASB/UE.

As empresas que submetem os seus títulos à negociação em mais do que uma bolsa apresentam uma probabilidade maior de optar pelas NIC. Esta relação também pode explicar-se à luz da teoria dos *stakeholders*. O facto das empresas com valores cotados em diversos mercados ou desenvolverem negócios em vários mercados, cria uma exposição pública mais abrangente e eventualmente mais exigente, pelo que a cedência de informação de natureza facultativa e/ou obrigatória pode ser uma estratégia de minimização de conflitos que prejudiquem o seu desempenho nesses mercados.

O PSI-20 relaciona-se de forma negativa, isto é existe um tendência para adotar o normativo POC/SNC quando não estão integradas no PSI-20. Contrariamente ao esperado, o sinal do coeficiente é negativo, pelo que a probabilidade dessas empresas não optarem pelo IASB/UE é maior do que optarem. A relação esperada era diferente porque associava-se estas empresas a níveis de visibilidade semelhante aos do grupo anterior. Avança-se como possível explicação o facto do mercado de capitais português não ter um nível de exigência em termos de informação, que exceda aquela que é divulgada pelo grupo, não pressionando a empresa mãe a ter políticas de divulgação mais exigentes.

Quanto ao fator interno também se confirma a existência de variáveis explicativas da opção, duas influenciando negativamente (valor contabilístico e *payratio*) e duas influenciando positivamente: o auditor e o mercado externo.

O valor contabilístico (*bvalue*) relaciona-se negativamente com a opção contabilística. Esta relação poderá ser explicada pela preferência das entidades por políticas contabilísticas mais conservadoras que deem mais confiança aos investidores. Apesar do SNC não divergir substancialmente das normas IASB, este é mais simples, com menores opções e portanto mais compreensível para os investidores.

O *payratio* é um indicador que também está relacionado negativamente com a adoção do normativo IASB/UE. A distribuição de dividendos poderá ser vista como uma diminuição das expectativas de crescimento das entidades pela diminuição da sua capacidade de autofinanciamento, o que pode justificar algumas estratégias de comunicação mais orientadas para o curto-prazo. Esse efeito de uma política de distribuição de dividendos pode resultar na “obrigação moral” de manter essa política no futuro. A relação negativa entre a opção pelo IASB e o *payratio* poderá ser justificada pelas maiores exigências de divulgação de informação por parte deste normativo.

O tipo de auditoria é um fator que já foi abordado e comprovado noutros estudos (Gonçalves e Fernandes, 2011), onde se comprova a existência de influência das *Big Four* nas empresas que adotam o normativo IASB/UE. Associa-se a estas empresas uma maior pressão para utilizar um normativo mais completo e amplo. Autores como Jensen e Meckling (1976), Watts e Zimmerman (1990) e Gandia e Andres (2005) validaram essas conclusões justificando que as grandes firmas de auditoria possuíam recursos humanos e metodologias que permitem adoção das NIC, facilitando dessa forma o processo de transição.

O mercado externo pode ser visto numa dupla perspetiva de fator interno porque resulta de uma orientação comercial das entidades, mas também tem componente ambiental na medida que expõe a empresa a públicos diversos. Na linha do que foi referido para a reação das entidades aos desafios colocados com os mercados, quer sejam de capitais ou comerciais, elas tenderão a evitar más interpretações da sua informação, sujeitando-a a normas com maior credibilidade internacional, justificando assim as empresas exportadoras a optarem preferencialmente pelas normas internacionais. Segundo Cooke (1989) as empresas que operam no espaço internacional tendem a possuir melhores sistemas de gestão devido à complexidade das suas operações, pelo que estão suficientemente preparadas para enfrentarem os desafios associados a uma transição para as normas internacionais e mais dispostas a divulgar informação sobre as suas operações.

Em relação ao fator administração/CEO a remuneração fixa relaciona-se positivamente com a opção contabilística. Esta relação poderá ser explicada à luz da teoria de agência na medida em que uma maior remuneração dos administradores pode significar, quer um sinal de credibilidade e conhecimento do gestor, quer um maior nível de satisfação dos

acionistas, por deterem informação mais completa e produzida com níveis de exigência superiores.

6. Conclusão

A crescente internacionalização das empresas levou à necessidade da criação de um normativo contabilístico internacional, que fosse ao encontro das exigências dos mercados internacionais. A UE face à necessidade de “adequar-se” às exigências da globalização, adotou as normas do IASB.

Através do Regulamento (CE) N.º 1606/2002, a UE informou que as empresas com valores admitidos em bolsa são obrigadas a apresentar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o normativo IASB/UE. No entanto, as contas individuais destas entidades ficam com opção de escolher entre as normas internacionais e as normas nacionais.

Neste estudo, o objetivo principal foi analisar os fatores que influenciam as entidades a adotar, nas contas individuais, as NIC em detrimento das NCRF, no contexto das diversas teorias da informação. Procura-se justificar esta opção com base no custo de transição, a informação exigida, as pressões de instituições como os *stakeholders*, os *shareholders*, entre outros.

As demonstrações financeiras consolidadas permitiram recolher um conjunto de indicadores, que caracterizam o grupo empresarial e que podem explicar adoção do normativo IASB/UE. Apesar das contas individuais das empresas-mãe estarem refletidas nas contas consolidadas, considerou-se pertinente a análise do enquadramento contabilístico das contas individuais das empresas-mãe, porque se consideram igualmente importantes para os investidores por força do papel que estas têm na dinâmica do grupo, nas decisões estratégicas de investimento, financiamento e internacionalização, entre outros aspetos.

Constata-se que no período em análise (2005 a 2012) ocorreu uma progressiva adoção das NIC, estando implementadas em 65% (em 31 de dezembro de 2012) das empresas analisadas. Podemos concluir que no sentido de Dumontier e Raffounier (1998) que sendo as empresas cotadas entidades com grande visibilidade, procuram ter um nível de divulgação mais elevado de modo a diminuir o risco de interpretações incorretas por parte dos *stakeholders*.

Identificaram-se vários trabalhos que analisaram transições normativas, no contexto de alterações de implementação obrigatória.

No âmbito de implementação voluntária em Portugal, resultante das alterações legislativas referidas, referenciou-se dois estudos com objetivos semelhantes: Gonçalves e Fernandes (2011a e 2011b) e Guerreiro *et al.* (2012). Como se referiu existem diferenças quanto ao âmbito e à metodologia utilizada, sendo o mais próximo o primeiramente referido.

Este trabalho procurou completar o estudo de Gonçalves e Fernandes (2011a e 2011b) uma vez que se inclui todas as empresas com valores cotados no mercado de valores mobiliários de Lisboa, analisa um espaço temporal maior e integra mais variáveis potencialmente explicativas. Encontrou-se algumas variáveis explicativas comuns: o auditor e o mercado externo.

Para estimar a relação entre a variável dependente (opção NIC) e as variáveis potencialmente explicativas, foi utilizado o modelo *logit*, para dados em painel, com efeitos aleatórios, apresentou um bom ajustamento global (teste de Wald ou *likelihood-ratio* teste ($\chi^2 = 20,16$; $p\text{-value} < 0,05$)). Obtiveram-se relações estatisticamente significativas entre a opção por enquadramento contabilístico e variáveis como o setor, cotada em diversos mercados, PSI-20, auditoria, *payratio*, *bvalue*, remuneração fixa da administração.

Releva-se neste trabalho a influência que a exposição externa das empresas tem nas suas opções contabilísticas. Encontrou-se consistência nos resultados associados à opção pelas normas internacionais e o facto das empresas terem maior visibilidade externa, quer no mercado de negócios, quer no mercado de capitais. Diversas teorias suportam estes resultados, designadamente a institucional, da agência e dos *stakeholders*, atribuindo uma racionalidade económica às opções empresarias no sentido de encontrar soluções que permitam uma gestão mais adequada às expetativas dos grupos de pressão mais relevantes.

Também se confirma a tendência para que as entidades adotem comportamentos homogéneos à indústria de pertença. Justifica-se este comportamento à luz das teorias, designadamente a teoria institucional, pelo mimetismo natural em relação a comportamentos das entidades líderes, considerados adequados em determinado contexto.

As firmas internacionais de auditoria também explicam a opção, eventualmente pelo papel facilitador que desempenham na implementação das normas internacionais dado disporem

de recursos adequados para essa função. É admissível que estas entidades também pressionem os seus clientes a adotarem as normas internacionais.

O papel do gestor é fundamental na decisão estratégica do enquadramento normativo, na medida em que a escolha tem uma forte componente qualitativa e de sinalização de rigor e transparência. Verifica-se relação positiva entre a remuneração do administrador e a opção pelas normas internacionais facto que se interpreta de uma forma mais ampla do que essa relação bivariada. Apesar de uma maior remuneração associar-se a um percurso de sucesso reconhecido pelos acionistas, considera-se que o papel do CEO é fulcral na interpretação dos sinais externos e internos para a sua tomada decisão. Neste sentido interpreta-se esta variável como uma *proxy* da capacidade de decisão do CEO.

Três variáveis - PSI-20, *payratio* e *bvalue* (valor contabilístico) - relacionam-se negativamente com a opção pelas normas internacionais. Interpreta-se estes fatores como geradores de pressão para os quais a gestão quererá ter maior liberdade na administração da informação a ceder publicamente. Considera-se que as normas internacionais apresentam um duplo acréscimo de exigência: são mais completas nas divulgações e estão sujeitas a um escrutínio internacional. Neste sentido a utilização de normas nacionais poderá ser mais adequada aos interesses institucionais.

Este estudo permite ainda perspetivar uma maior compreensão nas diferenças existentes entre o normativo internacional e o normativo nacional, bem como os impactos decorrentes da adoção do novo internacional. Apesar do atual normativo nacional se pautar pelas linhas orientadoras das normas internacionais, caracteriza-se por uma maior simplicidade, alguma desatualização face ao normativo da referência, pelo que poderá ser tido como insuficiente para alguns utilizadores mais exigentes.

As empresas que reconhecem vantagens das NIC fazem-no em coerência com um conjunto de motivações designadamente como reforço da sua legitimidade e em consonância com as expectativas que recaem sobre ela. No entanto, qualquer decisão resulta de opções que escolhem quais dessas pressões devem atender.

A principal limitação imputada a este estudo é o facto de não ter sido auscultados os gestores das entidades no sentido de averiguar as motivações para as escolhas normativas realizadas. Outra limitação poderá decorrer das variáveis escolhidas.

Assim, com o intuito de proporcionar um ponto de partida deste estudo para uma investigação futura, é indicado que sejam realizados inquéritos à administração/CEO das empresas com o intuito de entender outras razões subjacentes à opção contabilística da empresa.

Bibliografia

- Agresti, A. (2007) *An Introduction to Categorical Data Analysis*, 2.^a Edição, New Jersey (USA), A. John Wiley & Sons, Inc. Publication.
- Allen, J. (2012) *As a Man Thinketh*, Massachussetts (USA), Adams Media Corporation.
- Allam, A. e A. Lymer (2003) Developments in Internet Financial Reporting: Review and Analysis Across Five Developed Countries, *The International Journal of Digital Accounting Research*, 3, 6, 165-199. Disponível em URL: http://www.uhu.es/ijdar/10.4192/1577-8517-v3_6.pdf, acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Álvarez, F. J. S. (1998) Aspectos actuales de la regulación contable a nível internacional, *Actas das VII Jornadas de Contabilidade e Auditoria*, ISCAC, Tomo II, 787-811, Coimbra.
- Al-Rhodan, N. R. F. (2006) Definitions of Globalization: A Comprehensive Overview and a Proposed Definition, Geneva Centre for Security Policy (Switzerland). Junho de 2006. Disponível em URL: <http://www.sustainablehistory.com/articles/definitions-of-globalization.pdf>. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Araújo, S. M. A. (2010) *Impacto da Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nas Empresas do PSI-20*, Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa. Disponível em URL: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/TeseSandra.pdf>. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Argenti, J. (1997) Stakeholders: the case against brief case, *Long Range Planning*, 30, 30, 442-445, London (UK).
- Arkelof, G. A. (1970) The market for “lemons”: Quality uncertainty and the market mechanism, *The Quarterly Journal of Economics* 84, 3, 448-500.
- Bacon, F. (2007) *Ensaio de Francis Bacon*, Petrópolis (Brasil), Editora Vozes.

- Baltagi, B. H. (2013) *Econometric Analysis of Panel Data*, 3.^a Edição, West Sussex (UK) John Wiley & Sons, Ltd.
- Borges, A., A. Rodrigues e R. Rodrigues (2010) *Elementos da Contabilidade Geral*, 25.^a Edição, Lisboa, Áreas Editora.
- Botosan, C. e M. Plumlee (2000) Disclosure Level and Expected Cost of Equity Capital: An Examination of Analysts' Rankings of Corporate Disclosure, *Social Science Research Network*, USA. Disponível em URL: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=208148, acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Bueno, F. (2002) Os Dividendos Como Estratégia de Investimentos em Ações, *Revista Contabilidade & Finanças*, 28, 39-55, São Paulo (Brasil).
- Cabedo, J. L. G. e M. A. G. Benau (2001) *La armonización de la contabilidad y la auditoría en Europa*. Incluído em Manual de Contabilidad Internacional. Coordinador Laínez Gadea, J. L. Editora Pirámide.
- Campbell, A. (1997) Stakeholders: the Case in Favour, *Long Range Planning* 30, 30, 446-449, London (USA).
- Chalmers, K., e J. Godfrey (2004) Reputation Costs: The Impetus for Voluntary Derivative Financial Instrument Reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 29, 2, 95-125. Disponível em URL: www.sciencedirect.com/science/article/pii. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Comissão das Comunidades Europeias, CCE. (1995) COM/95/508 - *Harmonização Contabilística: Uma Nova Estratégia Relativamente à Harmonização Internacional*. Novembro de 1995, Bruxelas (UE). Disponível em URL: http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/com-95-508.pdf. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Comissão das Comunidades Europeias, CCE (2000) COM/2000/359 - *Estratégia da UE para o futuro em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas*. Junho 2000, Bruxelas (UE). Disponível em URL: <http://eur->

lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServCOM:2000:0359:FIN:PT:PDF. Acedido em 20 de dezembro de 2013.

Comissão das Comunidades Europeias, CCE (2001) COM/2001/80 - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho Relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade*. Fevereiro 2001, Bruxelas. Disponível em URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.PDF>. Acedido em 20 de dezembro de 2013.

Comissão de Mercados e Valores Mobiliários (2004) *Guia do Investigador*, Lisboa, Outubro de 2004. Disponível em URL: www.fep.up.pt/disciplinas/pgs/PGAF.pdf. Acedido em 20 de dezembro de 2013.

Comissão de Mercados e Valores Mobiliários (2005) Regulamento n.º 11/2005 – *Âmbito das Normas Internacionais de Contabilidade*. Boletim CMVM N.º 151. Novembro, Lisboa. Disponível em URL: www.cmvm.pt/CMVM_Publicacoes/Boletim151.pdf. Acedido em 20 de dezembro de 2013.

Comunidade Europeia, CE (2002) Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 relativo à aplicação das normas internacionais de Contabilidade. Julho, Bruxelas (UE). Disponível em URL: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do2002:243:0001:000:pt:PDF>. Acedido em 20 de dezembro de 2013.

Comunidade Europeia, CE (2013) Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Junho de 2013 relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas. Junho, Bruxelas (UE). Disponível em URL: http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/Directivas_UE/Diretiva_2013_34_UE_26_junho.pdf. Acedido em 20 de dezembro de 2013.

Cooke, T. (1989) Voluntary Corporate Disclosure by Swedish Companies, *Journal of International Financial Management and Accounting*, 1, 2, 171-195.

Costa, C. B. e G. C. Alves (2013) *Contabilidade Financeira*, 8.ª Edição, Lisboa, Editora Rei Livros.

- DELLOITE. O Guia do SNC “*Getting on the right track*”. Setembro 2009. Disponível em URL: http://www.deloitte.com/Dcom-Portugal/Documents/SNC/audit_sncaudit.pdf Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- DELLOITE. Boletim de Cotações das Empresas Cotadas no Euronext Lisbon. Disponível em URL: http://www.deloitte.com/view/pt_PT/pt/iniciativas/investor-relations-governance-awards/categorias/empresas-cotadas/index.htm. Acedido em 20 de março de 2013.
- Dumontier, P. e B. Raffournier (1998) Why Firms comply Voluntary with IAS: An Empirical Analysis with Swiss Data. *Journal of Accounting Financial Management and Accounting*, 9, 3, 216-245.
- Eisenhardt, K. (1988) Agency – and Institutional – Theory Explanations: The case of retail sales compensation, *Academy of Management Journal*, 31, 3, 488-511.
- Fernandes, A. J. (1995) *Métodos e Regras para a Elaboração de Trabalhos Científicos e Académicos*, 2.^a Edição, Porto, Porto Editora.
- Fernandes, J. (2008) *Información Financiera en Suporte Electrónico: un análisis de las empresas portuguesas*, Tese de Doutoramento, Universidade de Huelva.
- Fernandes, O. B. G. (1998) Sessão Comemorativa do XX Aniversário da Publicação do POC, *Jornal de Contabilidade da APOTEC*, 250, 7-9.
- Ferreira, L. F. (1998) Portugal. In Alexander, D. e Archer, S. (Eds.). *European Accounting Guide*, 728-823. Harcourt Brace Professional Publishing.
- Freeman, R. E. (2001) *Strategic Management: A Stakeholder Approach to Strategic Management*, Working Paper No. 01-02, Darden Graduate School of Business Administration, University Virginia. Boston (USA), Pitman Publishing. Disponível em URL: <http://faculty.wvu.edu/dunnc3/rprnts.stakeholderapproach.pdf>. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Friedman, M. (1970) The social responsibility of business is to increase its profits. *The New York Times Magazine*, New York (USA), september, 122-126.

- Friedman, M. (1977) *Capitalismo e Liberdade*, São Paulo (Brasil), Editora Artenova.
Disponível em URL: <http://www.ufrgs.br/daeca/wp/wp-content/capitalismo.pdf>.
Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Freitas, G. (2009) *Sistema de Normalização Contabilística Preparação das Demonstrações Financeiras*, CTOC, Lisboa. Disponível em URL: http://www.otoc.pt/fotos/editor2/Sebenta_DIS3109.pdf. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Gandia, J. L. C. e T. P. Andrés (2005) *e-Gobierno corporativo y transparência informatica en las sociedades cotizadas españolas: un studio empírico*, CNVM. Disponível em URL: <http://www.cnmv.es/DocPortal/Publicaciones/monograf.PDF>. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Garleanu, N., e L. Pedersen (2004) Adverse Selection and the Required Return, *Review of Financial Studies*, 17, 643-665.
- Gietzmann, M. e B. M. Trombetta, (2003) Disclosure Interactions: Accounting Policy Choice and Voluntary Disclosure Effects on The Cost of Capital, *Accounting and Business Research*, 33, 3, 187-205.
- Gonçalves, C. e J. Fernandes (2011a) As Opções Contabilísticas das Entidades do PSI 20, *Revista TOC*, 132, 50-54.
- Gonçalves, C. e J. Fernandes (2011b) *As opções contabilísticas das empresas do PSI20. Análise do período 2005-2010*, XIII Seminário Luso – Espanhol de Economia Empresarial, 24-25 novembro, Évora.
- Grima, A. Z. (2001) *De la Parálisis de los Primeros Noventa al Órdago del 2000: El Rumbo Definitivo de la Estrategia europea de Armonización Contable, Implicaciones para los Ámbitos Regulador, Professional y Académico*, X Congresso da AECA, 26-28 setembro, Madrid (Espanha).
- Guenther, D. e M. Hussein (1995) Accounting Standards and National Tax Laws: The IASC and the Ban on LIFO. *Journal of Accounting and Public Policy*, 14, 115-141.

- Guerreiro, M. S., L. L. Rodrigues e R. Craig (2012) Voluntary adoption of International Financial Reporting Standards by large unlisted companies in Portugal – Institutional logics and strategic responses, *Accounting, Organizations and Society*, 37, 482-499.
- Guimarães, J. C. (2005) *História da Contabilidade em Portugal Reflexões e Homenagens*, Lisboa, Áreas Editora.
- Healy, P. M. e K. G. Palepu (2000) Information asymmetry, Corporate Disclosure and the Capital Markets: A Review of the Empirical Disclosure Literature, *Journal of Accounting and Economics*, 31, 405-440.
- Horton, J. e G. Serafeim (2008) *Market Reaction and Valuation of IFRS Reconciliation Adjustments: First Evidence from the UK*. Disponível em URL: <http://ssrn.com/abstract=923582>. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Hulle, K. V. (1993) Harmonization of Accounting Standards in the EC. Is it the Beginning or is it the End?, *The European Accounting Review*, 2, 387-396.
- Hung M. e K. R. Subramanyam (2007) Financial statement effects of adopting international accounting standards: the case of Germany, *Review of Accounting Studies*, 12, 4, 623-657.
- Jensen, M. C. e W. H. Meckling (1976) Theory of the Firm: Governance, Residual Claims and Organizational Forms, *Journal of Financial Economics*, 3, 4. Disponível em URL: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=94043. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Laínez, J. A. (1993) Comparabilidad Internacional de la Informacion Financiera: Análisis y Posicion de la Normativa Española, *Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas*, Ministério de Economia y Hacienda, Madrid (Espanha).
- Matos, H. A. P. (2011) *A Adoção do Sistema de Normalização Contabilística e o seu Impacto nas Demonstrações Financeiras*, Dissertação de mestrado não publicada, Instituto Superior de Contabilidade e Administração no Porto. Disponível em URL: <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/383/1/DissertaC3A7C3A3o.pdf>. Acedido em 20 de dezembro de 2013.

- Meyer, J. e B. Rowan (1977) Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony, *The American Journal of Sociology*, 83, 340. Em URL: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2778293?uid=3738880&uid=2&uid=4&sid=21102658989473>. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (2008) Apresentação para a Audição Pública do Novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Intervenção do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, de 16 de abril de 2008. Disponível em URL: <http://www.cnc.min-financas.pt/siteantigo/Documentos/intSEAF20080.pdf>. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (2009) Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2013, Diário da República I Série n.º 133, 4375. Disponível em URL: http://www.cases.pt/content/cooperativas/legislacao/DL_158_2009_Jul.pdf. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (2010) Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro de 2010, Diário da República I Série n.º 171, 3857. Disponível em URL: <http://dre.pt/pdf1s/2010/09/17100/0385703857.pdf>. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (2011) Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março de 2011, Diário da República I Série n.º 48, 1344-2. Disponível em URL: http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/NCM/Decreto-Lei_36A_2011_Mar.pdf. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Mora, A. (1995) *La Metodologia en la Investigacion del Analisis de las Diferencias Contables Internacionales. El Caso de los Paises de La Europa Continental*, VIII Congresso de AECA, 27-29 setembro, Sevilha (Espanha).
- Morais, A. I. e I. C. Lourenço (2005) *Aplicação das Normas IASB em Portugal*, Lisboa, Editora Publisher Team.
- Morais, A. I. e I. C. Lourenço (2013) *IFRS Demonstrações Financeiras Um Guia para Executivos*, Lisboa, Editora Almedina.

- Nobes, C. (1996) *International Guide to Interpreting Company Accounts 1996-97*, London, FT Financial Publishing.
- Nobes, C. e R. Parker (2008) *Comparative International Accounting*, 10.^a Edição, Harlow (UK), Prentice Hall International (Financial Times).
- Ohlson, J. (1995) Earning, book value and dividends in security valuation, *Contemporary Accounting Research*, 11, 611-687.
- Oliver, C. (1991) Strategic responses to institutional processes. *Academy of Management Review*, 16, 145–179.
- Pereira, R., M. Estevam e R. Almeida (2009) *Harmonização Contabilística Internacional Análise das Suas Implicações em Portugal*, Lisboa, Editora Bnomics.
- Perramon, J. e O. Amat (2006) *IFRS Introduction and its Effects on Listed Companies in Spain*, Economics Working Papers, N.º 975, Universidade Pompeu Fabra, Departamento de Economia e Negocios.
- Pessoa, F. (1926) Palavras Iniciais, *Revista de Comércio e Contabilidade*, 4, 193-196.
- Pindyck, R. e S. Rubinfeld (2004) *Econometria: Modelos e previsões*, , São Paulo (Brasil), Editora Campus.
- Pinheiro, S. (2007) *O Impacto Decorrente da Adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro Caso da Sonae Indústria, SGPS, S.A.*, Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Fernando Pessoa, Porto. Disponível em URL: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/476/1/sandrapinheiro.pdf>. Acedido em 20 de dezembro de 2013.
- Popper, K. (1996) *A Lógica da Pesquisa Científica*, 2.^a Edição São Paulo (Brasil), Editora Cultrix.
- Rodrigues, J. (2009) *Sistema de Normalização Contabilística Explicado*, Porto. Porto Editora.

- Rodrigues, L. L e A. A. C. Pereira (2004) *Manual de Contabilidade Internacional – A diversidade contabilística e o processo de harmonização internacional*, Lisboa, Editora Publisher Team.
- Rodrigues, L. L. e M. A. S. Guerreiro (2004) *A Convergência de Portugal com as Normas Internacionais de Contabilidade*, Lisboa, Editora Publisher Team.
- Rodrigues, L. L. e R. Craig (2007) Assessing international accounting harmonization using Hegelian dialectic, isomorphism and Foucault, *Critical perspectives on accounting*, 18 (6), 739-757.
- Sá, A. L. (2002) *Teoria da Contabilidade*, 3ª Edição, São Paulo (Brasil), Editora Atlas.
- Spence, A. M. (1973) Job Market Signaling, *Quarterly Journal of Economics*, 87, 3, 355–374.
- Suchman, M. C. (1995) Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches, *Academy of Management Review*, 20, 3, 571-610.
- Tas, L. G. V. D. (1988) Measuring harmonization of financial reporting practice, *Accounting and business research*, 18, 70, 157-169.
- Watts, R. e J. Zimmerman (1978) Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards, *The Accounting Review*, 53, 1, 112-134.
- Watts, R. e J. Zimmerman (1990) Positive Accounting Theory: a Ten Year Perspective, *The Accounting Review*, 65, 1, 131-156.

Apêndice 1

Empresas presentes nos mercados não regulamentados

ICB Industria	Nome da entidade	Tipo de Mercado
2000 – Bens Industriais	Conduril. Engenharia, S.A.	Easynext Lisbon
	Fenalu – Gestão de Investimentos e Participações, S.A.	Easynext Lisbon
	Oliveira & Irmão, S.A.	Easynext Lisbon
	Transinsular – Transportes Marítimos Insulares, S.A.	Easynext Lisbon
3000 – Bens de Consumo	Copam – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.	Easynext Lisbon
	Fitor – Companhia Portuguesa de Têxteis, S.A.	Easynext Lisbon
	Sopragol – Soc. Ind. Produtos Agrícolas, S.A.	Easynext Lisbon
4000 – Assistência Médica	Cipan – Companhia Industrial Produtora de Antibióticos, S.A.	Easynext Lisbon
5000 – Serviços ao consumidor	Sociedade Águas da Curia, S.A.	Easynext Lisbon
	Litho Formas Portuguesa. Impres. Cont e Mult., S.A.	Easynext Lisbon
	Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD	Easynext Lisbon
8000 - Financeiro	Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo – SICAFI- S.A.	Alternext Lisbon
	Sonagi – SGPS, S.A:	Easynext Lisbon
9000 - Tecnologia	Intelligent Sensing Anywhere, S.A.	Alternext Lisbon

Fonte: elaboração própria

Apêndice 2

Empresas presentes no mercado regulamentado

Nome da Empresa
Altri SGPS, S.A.
Banco BPI, S.A.
Banco Comercial Português, S.A.
Banco Espírito Santo, S.A.
Banco Popular Español, S.A.
Banco Santander Totta, S.A.
Banif, SGPS, S.A.
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.
Cimpor Cimentos de Portugal SGPS, S.A.
Cofina SGPS S.A.
Compta-Equipamentos e Serviços de Informática, S.A.
Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
EDP - Energias de Portugal S.A.
EDP Renováveis, S.A.
Espírito Santo Financial (Portugal) SGPS,S.A.
Estoril Sol, SGPS, S.A.
F. Ramada - Investimentos, SGPS, S.A.
Futebol Clube do Porto - Futebol SAD
Galp Energia SGPS, S.A.
Glintt - Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.
Grupo Media Capital, SGPS, S.A.
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.
Ibersol, SGPS, S.A.
Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Inapa-Investimentos Participações e Gestão, S.A.
Jerónimo Martins,SGPS, S.A.
Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.
Martifer, SGPS, S.A.
Mota-Engil, SGPS, S.A.
Novabase, SGPS, S.A.
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.
Portugal Telecom, SGPS, S.A.
Reditus - SGPS, S.A.
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
SAG GEST - Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A.
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.
Sociedade Comercial Orey Antunes
Sonae Capital, SGPS, S.A.
Sonae Indústria, SGPS, SA
Sonae, SGPS, S.A.
SONAE.COM, SGPS, S.A.
Sport Lisboa e Benfica - Futebol, SAD
Sporting - Sociedade Desportiva de Futebol, SAD

Nome da Empresa
SUMOL+COMPAL, S.A.
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.
Toyota Caetano Portugal, S.A.
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.
Zon Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.

Fonte: elaboração Própria

Apêndice 3

Entidades excluídas

ICB Setor	Nome da entidade	Motivo para a exclusão	Pertence ao PSI-20
5000 – Serviços ao consumidor	Sporting .C. Portugal	Insuficiência de dados das contas individuais	Não
7000 - Utilities	EDP Renováveis	Uso de normativo espanhol	Sim
8000 - Financeiro	Banco. Comercial Português	Normativo próprio para o setor - PCSB	Sim
	Banco Espírito Santo		Sim
	Banco BPI		Sim
	Banco Santander Totta		Não
	BANIF S.A.		Sim
			Sim
	Espírito Santo Financial (Portugal) SGPS,S.A		Não
	Banco Popular Español, S.A.		Não

Fonte: elaboração própria

Apêndice 4

Ano de adoção das NIC

Ano	Nome das Entidade
2005	Altri, SGPS, S.A. Corticeira Amorim, SGPS, S.A. EDP – Energias de Portugal, S.A. Futebol Clube do Porto – Futebol SAD Jerónimo Martins, SGPS, S.A. Novabase, SGPS, S.A. Sociedade Comercial Orey Antunes Portugal Telecom, SGPS, S.A. Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A. Sonae, SGPS, S.A. Sonae Industria, SGPS, S.A. SONAE.COM, SGPS, S.A.
2006	Grupo Media Capital, SGPS, S.A. Reditus, SGPS, S.A. ¹⁸
2008	Sport Lisboa e Benfica – Futebol, SAD REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. ¹⁹ SONAE Capital SUMOL+COMPAL, SGPS, S.A.
2009	Glintt – Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A. Impresa – SGPS, S.A. SAG Gest – Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A.
2010 a)	Brisa – Auto-Estradas de Portugal, S.A. Cimpor Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. Cofina SGPS, S.A. F.Ramada – Investimentos, SGPS, S.A. Galp Energia SGPS, S.A. Martifer, SGPS, S.A. Mota-Engil, SGPS, S.A. VAA – Vista Alegre Atlântis, SGPS, S.A.
2012	Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.
NA ²⁰	Compta – Equip. e Serviços Informática, S.A. Estoril Sol, SGPS, S.A. Ibersol, SGPS, S.A. Imobiliária Construção Grão-Pará, S.A. Inapa – Investimentos Participações e Gestão, S.A. Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. Semapa – Soc. Investimento e Gestão, S.G.P.S. Teixeira Duarte, S.A. Toyota Caetano Portugal, S.A. Zon Multimédia, SGPS, S.A.

Fonte: elaboração Própria

a) Ano da entrada em vigor do SNC

¹⁸ Em 2010 voltou ao normativo nacional

¹⁹ Em 2010 voltou ao normativo nacional

²⁰ Não adotaram as NIC em momento algum

Apêndice 5

Teste de independência de variáveis qualitativas – PSI-20

Crosstab

		Op_Cont		Total
		0	1	
PSI-20	0	96	83	179
	1	56	70	126
Total		152	153	305

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,496 ^a	1	0,114		
Continuity Correction ^b	2,142	1	0,143		
Likelihood Ratio	2,500	1	0,114		
Fisher's Exact Test				0,131	0,072
Linear-by-Linear Association	2,488	1	0,115		
N of Valid Cases	305				

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 62,79.

b. Computed only for a 2x2 table

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	0,090	0,114
	Cramer's V	0,090	0,114
N of Valid Cases		305	

Fonte: elaboração própria (*output STATA*)

Conclusão: São independentes e não estão associadas (V de Cramer)

Apêndice 6

Entidades cotadas em diversos mercados

ICB Indústria	Nome	Cotada noutro mercado
0001 – Petróleo e Gás	Galp Energia SGPS, S.A.	Berlin, Dusseldorf, Frankfurt, Munich, Stuttgart,
1000- Materiais Básicos	Inapa – Investimentos Participações e Gestão, S.A.	Stuttgart
	Portucel – Empresa Produtara de Pasta e Papel, S.A.	Dusseldorf, Frankfurt, Munich, Stuttgart
	Semapa – Soc. Investimento e Gestão, S.G.P.S.	Frankfurt, Stuttgart
2000 – Bens Industriais	Brisa – Auto-Estradas de Portugal, S.A.	Équity - Euronext
	Cimpor Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	Berlin, Dusseldorf, Frankfurt, Stuttgart
	Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	Frankfurt, Munich, Stuttgart
	Martifer, SGPS, S.A.	Berlin, Frankfurt, Stuttgart
	Mota-Engil, SGPS, S.A.	Dusseldorf, Frankfurt, Stuttgart
	Sonae Industria, SGPS, S.A.	Berlin, Dusseldorf, Frankfurt, Munich, Stuttgart,
	Teixeira Duarte, S.A.	Dusseldorf, Frankfurt, Munich
3000- Bens de Consumo	Corticeira Amorim, SGPS, S.A.	Munich, Stuttgart
5000 – Serviços ao Consumidor	Impresa – SGPS, S.A.	Stuttgart
	Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Berlin, Dusseldorf, Frankfurt, Munich, Stuttgart
	Sonae, SGPS, S.A.	Berlin, Dusseldorf, Frankfurt, Stuttgart
	Zon Multimédia, SGPS, S.A.	Frankfurt, Stuttgart
6000 – Telecomunicações	Portugal Telecom, SGPS, S.A.	México
	SONAE.COM, SGPS, S.A.	Dusseldorf,
7000 – <i>Utilities</i>	EDP – Energias de Portugal, S.A.	Stuttgart
8000 - Financeiro	Sonae Capital – SGPS, S.A.	Berlin, Frankfurt
9000 – Tecnologia	Glintt – Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.	Berlin, Stuttgart
	Novabase, SGPS, S.A.	Munich, Frankfurt

Fonte: elaboração Própria

Apêndice 7

Teste de independência de variáveis qualitativas – Cotada em diversos mercados

Crosstab

		Op_Cont		Total
		0	1	
Multi_cot	0	103	62	165
	1	49	91	140
Total		152	153	305

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	22,785 ^a	1	0,000		
Continuity Correction ^b	21,701	1	0,000		
Likelihood Ratio	23,088	1	0,000		
Fisher's Exact Test				0,000	0,000
Linear-by-Linear Association	22,710	1	0,000		
N of Valid Cases	305				

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 69,77.

b. Computed only for a 2x2 table

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	0,273	0,000
	Cramer's V	0,273	0,000
N of Valid Cases		305	

Fonte: elaboração própria (*output* STATA)

Conclusão: não são independentes e estão associadas (V de Cramer) – associação fraca.

Apêndice 8

Teste de independência de variáveis qualitativas – Setor

Crosstab

		Op_Cont		Total
		0	1	
Sector	0	4	3	7
	1	26	3	29
	2	57	37	94
	3	8	16	24
	5	37	47	84
	6	0	16	16
	7	4	10	14
	8	0	5	5
	9	16	16	32
Total		152	153	305

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	50,065 ^a	8	0,000
Likelihood Ratio	61,021	8	0,000
Linear-by-Linear Association	17,699	1	0,000
N of Valid Cases	305		

a. 4 cells (22,2%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,49.

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	0,405	0,000
	Cramer's V	0,405	0,000
N of Valid Cases		305	

Fonte: elaboração própria (*output STATA*)

Conclusão: não são independentes e estão associadas (V de Cramer) – associação moderada.

Apêndice 9

Teste de independência de variáveis qualitativas – Auditoria

Crosstab

		Op_Cont		Total
		0	1	
AUDIT	0	79	35	114
	1	73	116	189
Total		152	151	303

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	26,763 ^a	1	0,000		
Continuity Correction ^b	25,550	1	0,000		
Likelihood Ratio	27,297	1	0,000		
Fisher's Exact Test				0,000	0,000
Linear-by-Linear Association	26,674	1	0,000		
N of Valid Cases	303				

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 56,81.

b. Computed only for a 2x2 table

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	0,297	0,000
	Cramer's V	0,297	0,000
N of Valid Cases		303	

Fonte: elaboração própria (output STATA)

Conclusão: não são independentes e estão associadas (V de Cramer) – associação fraca

Apêndice 10

Teste t de student de variáveis quantitativas

Group Statistics

	Op_Cont	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Merc. Ext	0	152	383,0718	628,87640	51,00861
	1	153	926,8119	1634,44699	132,13721
Remun_fixa	0	151	1,5200	1,21761	,09909
	1	151	1,9145	1,52541	,12414
BValue	0	152	2,8100	3,26437	,26478
	1	153	1,7937	1,19040	,09624
PayRatio	0	152	,4307	1,26333	,10247
	1	153	,2553	,55736	,04506

Fonte: elaboração própria (*output STATA*)

Apêndice 11

Teste de independência de variáveis quantitativas

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
Merc. Ext	Equal variances assumed	55,104	0,000	-3,830	303	0,000	-543,74006	141,98700	-823,14549	-264,33462
	Equal variances not assumed			-3,839	196,289	0,000	-543,74006	141,64081	-823,07319	-264,40692
Remun_fixa	Equal variances assumed	3,279	0,071	-2,484	300	0,014	-0,39447	0,15883	-0,70704	-,08190
	Equal variances not assumed			-2,484	285,953	0,014	-0,39447	0,15883	-0,70710	-0,08184
BValue	Equal variances assumed	57,266	0,000	3,616	303	0,000	1,01628	0,28101	0,46329	1,56926
	Equal variances not assumed			3,607	190,235	0,000	1,01628	0,28172	0,46057	1,57198
PayRatio	Equal variances assumed	4,315	0,039	1,570	303	0,117	0,17540	0,11169	-0,04439	0,39519
	Equal variances not assumed			1,567	207,343	0,119	0,17540	0,11194	-0,04528	0,39609

Fonte: elaboração própria (output STATA)